



**Centro Universitário de Brasília**  
**Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD**

**MÁRIO PEREIRA COSTA JÚNIOR**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO E O PODER DE INVESTIGAR:  
EXCESSO DE ATRIBUIÇÕES OU EFETIVIDADE CONSTITUCIONAL**

Brasília  
2010

**MÁRIO PEREIRA COSTA JÚNIOR**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO E O PODER DE INVESTIGAR:  
EXCESSO DE ATRIBUIÇÕES OU EFETIVIDADE CONSTITUCIONAL**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Direito Penal e Processual Penal aplicado às atividades do STJ.

Orientador: Eneida Orbage de Britto Taquary

Brasília  
2010

**MÁRIO PEREIRA COSTA JÚNIOR**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO E O PODER DE INVESTIGAR:  
EXCESSO DE ATRIBUIÇÕES OU EFETIVIDADE CONSTITUCIONAL**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para a obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* Direito Penal e Processual Penal aplicado às atividades do STJ.

Orientador: Eneida Orbage de Britto Taquary

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2010.

**Banca Examinadora**

---

Prof. Dr. Nome completo

---

Prof. Dr. Nome completo

## AGRADECIMENTOS

Ao único e soberano Deus, a quem devo tudo que tenho e sou, porque d'Ele, por Ele e para Ele são todas as coisas.

À minha esposa Joyce pela compreensão ante as ausências.

Ao meu filho Pietro que chegou agora para complementar minha alegria.

Aos professores Gilson e Eneida pelas pertinentes sugestões que me levaram a execução e conclusão desta monografia.

Aos colegas do Superior Tribunal de Justiça, pelos momentos que desfrutamos durante os vários finais de semana em que se desenvolveu o Curso de pós-graduação.

*“Não devemos parar de explorar e o fim de toda nossa exploração será chegar ao ponto de partida e conhecer o lugar pela primeira vez.”*  
(T. S. Eliot)

## RESUMO

O presente trabalho analisa a possibilidade do Ministério Público proceder, diretamente, investigações criminais. Diante do debate que vem sendo travado na jurisprudência e na doutrina, nota-se a importância e atualidade do tema. O estudo se desenvolve apontando as origens históricas do Ministério Público, seu desenvolvimento e consolidação com a Constituição de 1988. Discorre acerca dos princípios e garantias constitucionais que o credenciam a titularizar a ação penal, requisitar diligências e instaurar o inquérito policial, fiscalizar a adequada aplicação da lei e desempenhar o controle externo da atividade policial. Em seguida, apresenta o inquérito policial, sua origem, desenvolvimento no Brasil, conceito, função e prescindibilidade. E, por fim, baseando-se, nas posições doutrinárias e jurisprudenciais, apresenta os posicionamentos favoráveis e contrários à investigação criminal conduzida pelo *Parquet*. O trabalho se utiliza do método dedutivo e fundamenta-se tanto na exposição das correntes doutrinárias que estão a defender ou rechaçar o tema objeto do estudo, como nos posicionamentos jurisprudenciais advindos das nossas Cortes Superiores.

**Palavras-chave:** Investigação Criminal. Ministério Público. Poder Investigatório. Constituição Federal. Legislação.

## ABSTRACT

This study examines the ability of prosecutors to proceed directly, criminal investigations. Before the debate that has been waged in the jurisprudence and doctrine, notes the importance and topicality. The study is conducted pointing out the historical origins of the prosecution, its development and consolidation with the 1988 Constitution. It talks about the principles and constitutional guarantees that qualify to be securitized the criminal case, ordering investigations and bring the police investigation, review the appropriate law enforcement and performing external control of police activities. It then presents the police investigation, its origin, development in Brazil, concept, function and prescindibilidade. And finally, based in the jurisprudential and doctrinal positions, shows the positions for and against the criminal investigation conducted by Parquet. The work uses the deductive method and is based both in the exposition of the doctrinal trends which they are defending or rejecting the theme object of study, as in the case law arising from placements of our High Courts.

**Keywords:** Criminal Investigation. Prosecutors. Investigative powers. Federal Constitution. Legislation.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	8
<b>1 MINISTÉRIO PÚBLICO: Origem</b>	10
1.1 Surgimento no Brasil	11
1.2 O Ministério Público nas Constituições Brasileiras	13
1.3 O Ministério Público na Constituição Federal de 1988	19
1.4 Princípios institucionais, garantias e vedações do Ministério Público	19
<b>2 INQUÉRITO POLICIAL: Origem</b>	25
2.1 Surgimento no Brasil	26
2.2 Conceito, Função e Prescindibilidade	28
<b>3 INVESTIGAÇÃO CRIMINAL REALIZADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO:</b>	
<b>Aspectos Constitucionais e legais</b>	32
3.1 Código de Processo Penal	34
3.2 Lei Orgânica Nacional do Ministério Público – Lei nº 8.625, de 1993	36
3.3 Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993	37
3.4 Posicionamentos Doutrinários	37
3.4.1 Posicionamentos Favoráveis	38
3.4.2 Posicionamentos Contrários	40
3.5 Posicionamentos jurisprudenciais sobre o tema	41
3.5.1 Decisões Favoráveis	42
3.5.2 Decisões Contrárias	44
<b>CONCLUSÃO</b>	47
<b>REFERÊNCIAS</b>	49



## INTRODUÇÃO

A Constituição Federal citou como primeira função do Ministério Público o poder de promover privativamente a ação penal pública, tratando-se esta de uma atribuição de âmbito judicial e não administrativo.

Para que o *Parquet* pudesse zelar ainda mais pela ordem pública, dentre outras funções, a Carta Magna lhe destinou a de realizar também a fiscalização externa da atividade policial, dispondo, para tanto, de livre acesso aos órgãos policiais, a presídios e instituições do tipo, bem como, a documentos internos das instituições policiais, com o objetivo de impedir possíveis desvios dos agentes e das autoridades policiais. Além disso, deu-lhe o poder de requisitar a instauração de Inquérito Policial, exigindo-se somente que, ao fazê-lo, apresentasse os fundamentos jurídicos que amparassem a sua requisição.

O Ministério Público, como se vê, foi equipado com prerrogativas que o possibilitam ter acesso e intervir no Inquérito Policial e na investigação criminal quando quiser, apesar de não haver nenhuma subordinação da polícia em relação ao Órgão.

O Legislador Constitucional, optando pelo Sistema Processual Acusatório, o qual possui as funções de acusação e julgamento desempenhadas por órgãos distintos, conferiu ao Ministério Público o dever-poder de acusar, ante a privatividade da ação penal pública.

Historicamente, a competência para realizar as investigações preparatórias da ação penal sempre foi da polícia. Em várias ocasiões tentou-se modificar esse regime, mas as propostas foram rejeitadas.

Com a Constituição de 1988, o Ministério Público tornou-se instituição legitimada para atuação e condução de procedimentos administrativos tendentes à investigação criminal, destacando-se, dentre estas, o inquérito policial, procedimento preparatório, de caráter administrativo, conduzido pela polícia judiciária e voltado à colheita preliminar de provas para apurar a prática de uma infração penal e sua autoria.

Nesse contexto é que se desenrola há vários anos a polêmica sobre se o Ministério Público pode ou não presidir investigações criminais e se essa atividade seria ou não privativa das autoridades policiais.

Assim, com o objetivo de compreender se existe ou não a possibilidade do Ministério Público conduzir investigações criminais é que se desenvolve o presente estudo, o qual se utilizará do método dedutivo, fundamentando-se tanto na exposição das correntes doutrinárias que estão a defender ou rechaçar dita possibilidade, como nos posicionamentos jurisprudenciais advindos dos Tribunais pátrios.

Do ponto de vista social, esta reflexão contribuirá para compreender se o promotor investigando diretamente, agindo exclusivamente como parte e não como *custus legis*, acabaria por tornar o réu um mero objeto de investigação, não tendo este quem lhe assegure sua condição de sujeito de direitos.

Sob a ótica acadêmica e no aguardo de uma definição por parte do Supremo Tribunal Federal, esta reflexão contribuirá com o debate, pois apontará os diversos posicionamentos sobre o tema, tanto doutrinários quanto jurisprudenciais.

Do ponto de vista do pesquisador, o interesse por esse tema nasceu da ânsia em descobrir a posição mais abalizada a justificar ou não a atividade investigativa do Ministério Público.

Para tanto, num primeiro momento, serão tecidas breves considerações sobre as origens históricas do Ministério Público, seu desenvolvimento e consolidação com a Constituição de 1988.

Em seguida, será apresentado o inquérito policial, sua origem, desenvolvimento no Brasil, conceito, função e prescindibilidade.

E por fim, se adentrará no cerne da questão aqui exposta, qual seja, a investigação criminal realizada diretamente pelo Ministério Público.

Insta salientar que o presente trabalho utiliza-se do método histórico, dedutivo e tem como técnicas de pesquisa, a bibliográfica e a jurisprudencial.

## 1 DO MINISTÉRIO PÚBLICO: Origem

A origem do Ministério Público não se encontra pacificada, divergindo a doutrina pátria acerca do assunto, embora predomine o entendimento de que o seu surgimento deu-se na França.

A referida discussão doutrinária deve-se, em parte, aos relatos de que, já na antiguidade, havia órgãos e pessoas que desempenhavam funções semelhantes às do Ministério Público atual, evidenciando-se, no Egito Antigo, por volta de 4.000 anos a.C., os primeiros vestígios da atividade ministerial, onde se destacam os *magiaí*, funcionários que tinham o dever de se ocupar com os interesses do monarca.<sup>1</sup>

Estudos indicam que na Grécia antiga é que se realizaram os contornos iniciais da Instituição, onde a figura do *temósteta* tinha a função de denunciar a ocorrência de delitos à Assembléia do Povo ou ao Senado<sup>2</sup> e os *éforos*, em Esparta, deviam responsabilizar criminalmente os acusados do cometimento de crimes, caso os ofendidos não o fizessem.<sup>3</sup>

Contudo, apesar da existência, como já dito, de órgãos e pessoas que desempenhavam funções semelhantes às do Ministério Público atual, a doutrina majoritária entende que o surgimento da Instituição se deu juntamente com o Estado moderno,<sup>4</sup> mais precisamente na França, sendo os seus membros os “procureurs du roi (procuradores do rei)”, tendo portanto, a instituição, nascido e se constituído no Direito Frânces, no início da Idade Moderna.<sup>5</sup>

À época o Ministério Público passou a dispor de independência em relação aos juízes, sendo esta concedida pelos Reis através de suas manifestações. Passou então a dirigir-se aos juízes do mesmo nível, não havendo, desta forma, submissão. Por tal motivo teve

<sup>1</sup> SANTIN, Valter Foletto. **O Ministério Público na Investigação Criminal**. Bauru, SP: EDIPRO, 2001, p. 21.

<sup>2</sup> Idem. Ibidem, p. 22.

<sup>3</sup> Idem. Ibidem, p. 23.

<sup>4</sup> FERRAZ, António Augusto M. de Camargo. **Ministério Público – Instituição e Processo**. 2ª ed. São Paulo: Atlas S.A., 1999, pp. 37/38.

<sup>5</sup> RANGEL, Paulo. **Investigação Criminal Direta pelo Ministério Público: Visão Crítica**. 2ª ed. Rio de Janeiro: *Lumen Júris*, 2005, p. 123.

origem a expressão *Parquet* (assoalho), ou seja, os Procuradores do Rei falavam aos juízes do mesmo “assoalho”, do mesmo nível.<sup>6</sup>

Sobre a origem do Ministério Público, o doutrinador Paulo Rangel destaca:

A origem, assim, mais aceita e bem delimitada do Ministério Público se dá no Direito francês que, com o advento da Revolução Francesa, em 1789, deu uma estrutura mais adequada a instituição, tanto que a expressão até hoje usada por nós para significar o Ministério Público é francesa: *parquet*, que significa assoalho.<sup>7</sup>

Nota-se, pois, que o surgimento do Ministério Público se deu juntamente com o Estado moderno, por meio da fusão de duas instituições do Direito francês da época, representadas pelos advogados do rei (*avocats du Roi*) e pelos procuradores do rei (*procureurs du Roi*), onde os primeiros detinham funções relacionadas a área cível, e os segundos atuavam na área fiscal e criminal.

Assim, a união das duas instituições, dos procuradores e dos advogados do Rei, representou o ideal de defender o monarca e o Estado soberano.<sup>8</sup>

## 1.1 Surgimento no Brasil

O Ministério Público surgiu no Brasil sob forte influência lusitana, observando-se esta desde o período colonial, passando pelo Império até o início da República<sup>9</sup>, uma vez que as Ordenações Afonsinas de 1446, as Ordenações Manuelinas de 1521 e as Ordenações Filipinas de 1603, foram as codificações que vigoraram em nosso país à época e serviram de base para a fundação da estrutura normativa brasileira.<sup>10</sup>

As Ordenações Afonsinas, constituídas por D. Afonso, foram a primeira estrutura normativa brasileira, porém esta não fez nenhuma menção ao Ministério Público, o que só veio a se verificar nas ordenações que se sucederam.<sup>11</sup>

As Ordenações Manuelinas serviram para que fosse atribuído ao Ministério Público a função de acusar, que antes era exercida nos crimes públicos pelos escrivães judiciais da área criminal, isto se não fosse realizada pelo particular. Ou seja, ficando inerte o

<sup>6</sup> RANGEL, Paulo. **Investigação Criminal Direta pelo Ministério Público: Visão Crítica**. 2ª ed. Rio de Janeiro: *Lumen Júris*, 2005, p. 124.

<sup>7</sup> Idem. Ibidem, p. 124.

<sup>8</sup> FERRAZ, Antônio Augusto M. de Camargo. **Ministério Público – Instituição e Processo**. 2ª ed. São Paulo: Atlas S.A., 1999, p. 38.

<sup>9</sup> VIGLIAR, José Marcelo Menezes; JÚNIOR, Ronaldo Porto Macedo. **Ministério Público II – Democracia**. São Paulo: Atlas S.A., 1999, p. 20.

<sup>10</sup> RANGEL, Paulo. **Investigação Criminal Direta pelo Ministério Público: Visão Crítica**. 2ª ed. Rio de Janeiro: *Lumen Júris*, 2005, p. 124.

<sup>11</sup> Idem. Ibidem, p. 124.

particular em crimes de natureza pública, caberia ao escrivão judicial formular a devida acusação. Portanto, as Ordenações Manuelinas passaram a atribuir ao Ministério Público a função de acusar nos crimes públicos.<sup>12</sup>

Já as Ordenações Filipinas de 1603, foram as últimas codificações portuguesas a vigorar no Brasil. Nesta criou-se a figura do Promotor de Justiça, nomeado pelo Rei e intitulado Promotor de Justiça da Casa de Suplicação, o qual tinha como funções básicas, conforme Antônio Cláudio Machado

requerer tôdas as cousas que tocam à justiça, com cuidado e diligência, em tal maneira que por sua culpa e diligência não pereça; [...] formar libelos contra os seguros, ou presos, que por parte da justiça hão de ser acusados na Casa de Suplicação por acôrdo da Relação.<sup>13</sup>

A partir do momento em que se atribui ao Ministério Público a função de “requerer tôdas as cousas que tocam à justiça”, conforme citação acima, está lhe sendo dada a função de fiscalizar, uma das grandes características do órgão atualmente, além do mais, é dado, também, a função de acusar, outro traço marcante do mesmo.<sup>14</sup>

Além das já citadas, era função do Promotor de Justiça, fazer visitas aos estabelecimentos prisionais, a fim de se verificar a situação dos presos, promover a denúncia dos crimes de natureza policial e pública, realizando uma espécie de controle da atividade policial e fiscalização dos órgãos públicos, característica marcante atualmente do Ministério Público, devendo informar a autoridade competente de possíveis desvios de funcionários da justiça, e ainda, fazer com que se execute as sentenças e os mandatos judiciais.<sup>15</sup>

Os promotores atuavam junto as Casas de Suplicação e nas Casas do Porto, não atuavam nas cidades e nas vilas, que era responsabilidade dos Tabeliões e dos Escrivãos.<sup>16</sup>

À época, para ocupar o cargo de Promotor de Justiça não se fazia necessário o bacharelado em direito, bastava que o ocupante pudesse ser jurado, onde aqueles que tivessem algum conhecimento das leis teriam precedência na escolha.<sup>17</sup> Poderia ser jurado apenas o cidadão que fosse dotado de qualificação para ser eleitor. Portanto, havia uma restrição de

<sup>12</sup> RANGEL, Paulo. **Investigação Criminal Direta pelo Ministério Público: Visão Crítica**. 2ª ed. Rio de Janeiro: *Lumen Júris*, 2005, p. 125.

<sup>13</sup> MACHADO, Antônio Cláudio. A Intervenção do Ministério Público no Processo Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 1998, p. 15/16, *apud* RANGEL, Paulo. **Investigação Criminal Direta pelo Ministério Público: Visão Crítica**. 2ª ed. Rio de Janeiro: *Lumen Júris*, 2005, p. 125.

<sup>14</sup> RANGEL, Paulo. **Investigação Criminal Direta pelo Ministério Público: Visão Crítica**. 2ª ed. Rio de Janeiro: *Lumen Júris*, 2005, p. 125.

<sup>15</sup> Idem. *Ibidem*, p. 126.

<sup>16</sup> VIGLIAR, José Marcelo Menezes.; JÚNIOR, Ronaldo Porto Macedo. **Ministério Público II – Democracia**. São Paulo: Atlas S.A., 1999, p. 21.

<sup>17</sup> Idem. *Ibidem*, p. 21.

acesso ao cargo de promotor, pois, pelas exigências para se ocupar o cargo, faz crer isso, uma vez que, aquele que podia votar era o cidadão abastado, dotado de boas condições financeiras. Desta forma o cargo de promotor era restrito a elite, pois para ser jurado deveria ser eleitor e para ser promotor teria que ter capacidade para ser jurado.<sup>18</sup>

As nomeações e as demissões dos promotores de justiça eram de competência do Imperador no âmbito da Corte e, nas Províncias, dos respectivos Presidentes. Os promotores podiam ser demitidos a qualquer momento, não dispunham de estabilidade, sendo utilizado como justificativa a conveniência do serviço público, argumento muito utilizado atualmente para se “punir” através de transferência, aquele servidor que não atendendo algum interesse superior, busca trabalhar de forma independente e correta.<sup>19</sup> Fundamenta-se em situações semelhantes a garantia de inamovibilidade disposta ao *Parquet*, para que esse possa atuar sem receios, sem medos de futuras retaliações.

Dentre alguns deveres do promotor, estava o de residir na comarca em que atua. Não dispunham do direito de férias, e mais, não lhes era autorizado ausentar-se da comarca de atuação por período superior a 24 horas, e em dias de feriado não podiam de forma alguma se ausentar.<sup>20</sup>

Existia a figura do promotor de justiça “*ad hoc*”, que não está contemplada na Constituição Federal atualmente vigente no Brasil, onde, na ausência do promotor titular, assumiria as funções o promotor adjunto e, caso não houvesse esse, seria nomeada pelo juiz uma pessoa para exercer a função, o dito promotor “*ad hoc*”.<sup>21</sup>

## 1.2 O Ministério Público nas Constituições Brasileiras

Com a independência do Brasil, foi outorgada por D. Pedro I a primeira constituição brasileira em 1824, todavia, embora marcada por traços liberais, não tratou do Ministério Público, até por uma questão de lógica, pois o *Parquet*, tendo como funções naturais denunciar crimes e fiscalizar possíveis ilegalidades cometidas por particulares e integrantes do aparelho estatal, não seria um órgão bem-vindo em um regime monárquico.

<sup>18</sup> RANGEL, Paulo. **Investigação Criminal Direta pelo Ministério Público: Visão Crítica**. 2ª ed. Rio de Janeiro: *Lumen Júris*, 2005, p. 126.

<sup>19</sup> VIGLIAR, José Marcelo Menezes; JÚNIOR, Ronaldo Porto Macedo. **Ministério Público II – Democracia**. São Paulo: Atlas S.A., 1999, p. 22.

<sup>20</sup> Idem. Ibidem, p. 23.

<sup>21</sup> Idem. Ibidem, p. 23.

Entretanto, a Constituição de 1824 fez menção ao procurador da Coroa e Soberania Nacional, que teria a função de acusar nos juízos dos crimes.<sup>22</sup> Tal assunto foi disposto em seu artigo 48, que diz: “No juízo dos crimes, cuja acusação não pertença à Câmara dos Deputados, acusará o procurador da Coroa e Soberania Nacional”.

A Constituição de 1824 foi imposta em um momento em que o Brasil sofria a dependência de Portugal, sendo as Leis do país disciplinadas pelo regime monárquico que vigorava à época. Como já dito, o Ministério Público não encontraria muito espaço em um regime de monarquia, onde por tradição a vontade do Rei era traduzida em Leis, tanto que a Carta de 1824 foi imposta sem sequer passar por uma assembléia constituinte.<sup>23</sup>

O regime monárquico vigente no Brasil foi deposto do poder mediante uma ação que envolveu civis e militares, liderados pelo Marechal Deodoro da Fonseca, em novembro de 1889, ocasião em que a família real se viu obrigada a buscar o exílio, iniciando aí o período republicano, este que foi coroado com uma Constituição promulgada no ano de 1891.<sup>24</sup>

A Carta de 1891, não alçou o Ministério Público ao patamar constitucional, mas apenas fez menção que o Procurador Geral da República seria nomeado pelo Presidente da República dentre os ministros do Supremo Tribunal Federal.<sup>25</sup> Esta disposição estava expressa no artigo 58, § 2º, que dizia: “O Presidente da República designará, dentre os membros do Supremo Tribunal Federal, o Procurador Geral da República, cujas atribuições se definirão em lei”.

Ao eclodir o golpe militar de 1930, encerrou-se o primeiro ciclo republicano brasileiro. Com a instalação do governo provisório, foi convocada uma Assembléia Nacional Constituinte, daí advindo a promulgação da Constituição de 1934 que, por sua vez, destinou um capítulo ao Ministério Público, resultando, assim, na sua institucionalização, onde, separado do Poder Judiciário, seus membros conseguiram a estabilidade, a regulamentação do ingresso na carreira e a paridade de vencimentos com a magistratura. Assim dispunha a nova Carta Política:

Art 95 - O Ministério Público será organizado na União, no Distrito Federal e nos Territórios por lei federal, e, nos Estados, pelas leis locais.

§ 1º - O Chefe do Ministério Público Federal nos Juízos comuns é o Procurador-Geral da República, de nomeação do Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, dentre cidadãos com os requisitos estabelecidos para os Ministros

<sup>22</sup> RANGEL, Paulo. **Investigação Criminal Direta pelo Ministério Público: Visão Crítica**. 2ª ed. Rio de Janeiro: *Lumen Júris*, 2005, p. 127.

<sup>23</sup> Idem. Ibidem, p. 127.

<sup>24</sup> Idem. Ibidem, p. 129.

<sup>25</sup> Idem. Ibidem, p. 129.

da Corte Suprema. Terá os mesmos vencimentos desses Ministros, sendo, porém, demissível *ad nutum*.

2º - Os Chefes do Ministério Público no Distrito Federal e nos Territórios serão de livre nomeação do Presidente da República dentre juristas de notável saber e reputação ilibada, alistados eleitores e maiores de 30 anos, com os vencimentos dos Desembargadores.

§ 3º - Os membros do Ministério Público Federal que sirvam nos Juízos comuns, serão nomeados mediante concurso e só perderão os cargos, nos termos da lei, por sentença judiciária, ou processo administrativo, no qual lhes será assegurada ampla defesa.

Art 96 - Quando a Corte Suprema declarar inconstitucional qualquer dispositivo de lei ou ato governamental, o Procurado Geral da República comunicará a decisão ao Senado Federal para os fins do art. 91, nº IV, e bem assim à autoridade legislativa ou executiva, de que tenha emanado a lei ou o ato.

Art 97 - Os Chefes do Ministério Público na União e nos Estados não podem exercer qualquer outra função pública, salvo o magistério e os casos previstos na Constituição. A violação deste preceito importa a perda do cargo.

Art 98 - O Ministério Público, nas Justiças Militar e Eleitoral, será organizado por leis especiais, e só terá na segunda, as incompatibilidades que estas prescrevem.<sup>26</sup>

Ocorre, que sem muita demora, chega uma nova constituição, imposta pelo regime ditatorial denominado Estado Novo, liderado por Getúlio Vargas, que passou a vigorar a partir de novembro de 1937, retirando do Ministério Público o *status* de Instituição e, por consequência, as garantias adquiridas no texto de 1934, trazendo-o novamente ao capítulo do Poder Judiciário, o que representou, não só para a Instituição, mas para o país, um caminhar para trás.<sup>27</sup>

O Ministério Público, como se vislumbra, não pode coexistir com um regime de exceção, pois sua natureza impossibilitaria tal convivência, assim, a cada instabilidade política, a cada mudança de constituição, a posição do Ministério irá depender do regime a estar sendo implantado.

A Carta de 1937 dispôs o seguinte sobre o Ministério Público:

DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Art 99 - O Ministério Público Federal terá por Chefe o Procurador-Geral da República, que funcionará junto ao Supremo Tribunal Federal, e será de livre nomeação e demissão do Presidente da República, devendo recair a escolha em pessoa que reúna os requisitos exigidos para Ministro do Supremo Tribunal Federal. [...]

Art 101 - Ao Supremo Tribunal Federal compete:

I - processar e julgar originariamente: [...]

b) os Ministros de Estado, o Procurador-Geral da República.[...] <sup>28</sup>

Fica nítido, pelo novo texto ou pela ausência de texto acerca do Ministério Público, que a instituição havia perdido as conquistas da Constituição de 1934, voltando a

<sup>26</sup> Texto retirado do site da Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm) acesso em 16/11/2010.

<sup>27</sup> RANGEL, Paulo. **Investigação Criminal Direta pelo Ministério Público: Visão Crítica**. 2ª ed. Rio de Janeiro: *Lumen Júris*, 2005, p. 133.

<sup>28</sup> Texto retirado do site da Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm) acesso em 16/11/2010.



estar subordinado ao Poder Judiciário, perdendo o *status* de Instituição e as garantias a pouco positivadas.

Somente com a Constituição de 1946 e o restabelecimento da democracia no Brasil é que o Ministério Público conseguiu sua independência em relação aos demais poderes. Dentre as Constituições brasileiras até então, esta foi a que mais trouxe garantias ao Ministério Público, dispondo acerca do órgão da seguinte forma:

Art 125 - A lei organizará o Ministério Público da União, junto a Justiça Comum, a Militar, a Eleitoral e a do Trabalho.

Art 126 - O Ministério Público federal tem por Chefe o Procurador-Geral da República. O Procurador, nomeado pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, dentre cidadãos com os requisitos indicados no artigo 99, é demissível *ad nutum*.

Parágrafo único - A União será representada em Juízo pelos Procuradores da República, podendo a lei cometer esse encargo, nas Comarcas do interior, ao Ministério Público local.

Art 127 - Os membros do Ministério Público da União, do Distrito Federal e dos Territórios ingressarão nos cargos iniciais da carreira mediante concurso. Após dois anos de exercício, não poderão ser demitidos senão por sentença judiciária ou mediante processo administrativo em que se lhes faculte ampla defesa; nem removidos a não ser mediante representação motivada do Chefe do Ministério Público, com fundamento em conveniência do serviço.

Art 128 - Nos Estados, o Ministério Público será também organizado em carreira, observados os preceitos do artigo anterior e mais o princípio de promoção de entrância a entrância.<sup>29</sup>

Os dispositivos trazidos pela Carta Política de 1946, são de grande importância na busca da plena realização das funções do *Parquet*. Um regime democrático carece da atuação do Ministério Público, como se um dependesse do outro para o bom andamento do país. Novamente o Órgão Ministerial surge como uma Instituição, sendo disciplinado seu quadro organizacional, a forma de escolha do Procurador Geral da República, sendo dispostas garantias ao exercício da atividade, como a estabilidade e a inamovibilidade, passando a estar disposto em um Título próprio, estando desvinculado de outros poderes.<sup>30</sup>

Novamente o Brasil adentra num período ditatorial e no ano de 1967 surgirá uma nova constituição, a qual representará o governo militar que assumira o poder em 1964, através de um golpe.<sup>31</sup>

O Brasil estava tomado por greves e sofria uma profunda crise institucional após o suicídio de Getúlio Vargas, porém, ainda vigorava a constituição de 1946 mas, para poder governar, os militares começaram a editar atos institucionais, com o objetivo de suprimir

<sup>29</sup> Texto retirado do site da Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm) acesso em 16/11/2010.

<sup>30</sup> RANGEL, Paulo. **Investigação Criminal Direta pelo Ministério Público: Visão Crítica**. 2ª ed. Rio de Janeiro: *Lumen Júris*, 2005, p. 135.

<sup>31</sup> Idem. *Ibidem*, p. 137.

liberdades e garantias individuais, suspendendo estabilidades e vitaliciedades de servidores públicos e já prevendo a possibilidade de cassação de mandatos e direitos políticos, tudo com o intuito de facilitar seu governo.<sup>32</sup>

Os atos institucionais foram uma espécie de preparação para a Constituição de 1967.

A citada Carta recolocou o Ministério Público no capítulo do Poder Judiciário, preservando as prerrogativas de estabilidade e inamovibilidade, mas mudando a forma de ingresso na carreira, que passou a se dar através de concurso de provas e títulos.<sup>33</sup>

A Constituição de 1967, dispôs sobre o Ministério Público da seguinte forma:

Art 137 - A lei organizará o Ministério Público da União junto aos Juizes e Tribunais Federais.

Art 138 - O Ministério Público Federal tem por Chefe o Procurador-Geral da República, o qual será nomeado pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, dentre cidadãos com os requisitos Indicados no art. 113, § 1º.

§ 1º - Os membros do Ministério Público da União, do Distrito Federal e dos Territórios ingressarão nos cargos iniciais de carreira, mediante concurso público de provas e títulos. Após dois anos de exercício, não poderão ser demitidos senão por sentença judiciária, ou em virtude de processo administrativo em que se lhes faculte ampla defesa; nem removidos, a não ser mediante representação do Procurador-Geral, com fundamento em conveniência do serviço.

§ 2º - A União será representada em Juízo pelos Procuradores da República, podendo a lei cometer esse encargo, nas Comarcas do interior, ao Ministério Público local.

Art 139 - O Ministério Público dos Estados será organizado em carreira, por lei estadual, observado o disposto no parágrafo primeiro do artigo anterior.

Parágrafo único - Aplica-se aos membros do Ministério Público o disposto no art. 108, § 1º, e art. 136, § 4º.<sup>34</sup>

Como se nota, mais uma vez o Ministério Público sofre com as alterações no regime político do país, ficando evidente sua incompatibilidade com regimes ditatoriais, pois nesses regimes não se vislumbra a possibilidade de se ter um órgão independente para fiscalizar as ações do governo, desta forma o próprio governo já retira qualquer possibilidade de isto ocorrer. Os membros do órgão passaram a ser equiparados aos juizes federais, tendo as mesmas garantias destes e, conseqüentemente, ficaram em posição de subordinação ao Poder Judiciário. Deixou, assim, o Ministério Público, de ter o *status* de Instituição.

<sup>32</sup> RANGEL, Paulo. **Investigação Criminal Direta pelo Ministério Público: Visão Crítica**. 2ª ed. Rio de Janeiro: *Lumen Júris*, 2005, p. 138.

<sup>33</sup> Idem. Ibidem, p. 138.

<sup>34</sup> Texto retirado do site da Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm) acesso em 16/11/2010.

Em 17 de outubro de 1969, foi promulgada, pelo governo militar, a Emenda Constitucional nº 1, que de tão volumosa, foi considerada por doutrinadores como a criação de uma nova Constituição, a de 1969. Porém, na verdade, continuava a ser a Constituição de 1967, acrescida da referida Emenda Constitucional.<sup>35</sup>

Por esta emenda o Ministério Público passou a integrar o Poder Executivo, sendo agora, retirado do capítulo do Poder Judiciário, encontrando-se disposto no capítulo do Poder Executivo e a este subordinado, portanto tal alteração não foi benéfica ao órgão, uma vez que esse teve prejudicada sua independência funcional e sua inamovibilidade.<sup>36</sup>

Segue abaixo o texto constitucional após a edição da Emenda Constitucional nº 1, de 1969, *in verbis*:

Art. 94. A lei organizará o Ministério Público da União junto aos juízes e tribunais federais.

Art. 95. O Ministério Público federal tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República, dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

§ 1º Os membros do Ministério Público da União, do Distrito Federal e dos Territórios ingressarão nos cargos iniciais de carreira, mediante concurso público de provas e títulos; após dois anos de exercício, não poderão ser demitidos senão por sentença judiciária ou em virtude de processo administrativo em que se lhes faculte ampla defesa, nem removidos a não ser mediante representação do Procurador-Geral, com fundamento em conveniência do serviço.

§ 2º Nas comarcas do interior, a União poderá ser representada pelo Ministério Público estadual.

Art. 96. O Ministério Público dos Estados será organizado em carreira, por lei estadual.

Parágrafo único. Lei complementar, de iniciativa do Presidente da República, estabelecerá normas gerais a serem adotadas na organização do Ministério Público Estadual, observado o disposto no § 1º do artigo anterior.<sup>37</sup>

A presença do Ministério Público era muito restrita, não tinha a eficácia social necessária para que pudesse prover os anseios da população, sua atuação não era bem vinda no modelo político vigente. Nesse contexto, pode-se dizer que a presença do Ministério Público no período do governo militar não teve os efeitos que se esperava do órgão, mas claro, não por culpa desse, mas sim do momento vivido politicamente pelo país, onde opressão e crimes eram cometidos pelo estado para que se fizesse manter o atual regime.

A Constituição Federal de 1988, chamada de Constituição Cidadã, para ser promulgada foi necessário transpor um período difícil, pois era preciso vencer a ditadura que

<sup>35</sup> RANGEL, Paulo. **Investigação Criminal Direta pelo Ministério Público: Visão Crítica**. 2ª ed. Rio de Janeiro: *Lumen Júris*, 2005, p. 141.

<sup>36</sup> Idem. *Ibidem*, p. 141.

<sup>37</sup> Texto retirado do site da Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc\\_anterior1988/emc01-69.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm) acesso em 16/11/2010.

estava no poder. Após diversas manifestações da sociedade civil, políticos e intelectuais ao longo dos anos, foi possível chegar ao movimento “Diretas Já” que culminou com a promulgação da referida Carta constitucional.

### **1.3 O Ministério Público na Constituição Federal de 1988**

A Constituição Federal de 1988, deu ao Ministério Público uma ampliação de suas funções, trouxe-lhe garantias, deu-lhe o *status* constitucional de Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe de assegurar a manutenção e o caminhar do regime democrático que se instaurara, tendo sua definição disposta no *caput* do artigo 127 da nova Carta, o qual estabelece que “o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”.<sup>38</sup>

Portanto, a partir da Carta de 1988, o Ministério Público passou a estar dissociado de qualquer dos três poderes, visto que lhe foi concedida a iniciativa legislativa de criação e extinção de cargos e a fixação de vencimentos, bem como a capacidade de se auto-organizar por meio de estatuto próprio, além de elaborar seu projeto orçamentário e participar da escolha de sua liderança nos diversos entes da federação, através da formulação de lista tríplice a ser submetida ao Chefe do respectivo Poder Executivo.

Nenhuma das Constituições anteriores deu ao Ministério Público o tratamento concedido pela Carta de 1988.

### **1.4 Princípios institucionais, garantias e vedações do Ministério Público**

Etimologicamente, princípio é definido como sendo o “momento em que alguma coisa tem origem; início; começo; causa primária; razão fundamental; base; teoria; preceito; opinião; modo de ver; estréia”.<sup>39</sup>

Dentre os princípios que regem o Ministério Público, temos a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional, os quais estão disciplinados no § 1º do art. 127

<sup>38</sup> Texto retirado do site da Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm) acesso em 16/11/2010.

<sup>39</sup> FERNANDES, Francisco. **Dicionário Brasileiro Globo**. 49ª ed. São Paulo: Globo, 1998, p. 498.

da Constituição de 1988 da seguinte forma: “São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional”.<sup>40</sup>

Os princípios da unidade e da indivisibilidade, trazem em si entendimento no sentido de que os membros do Ministério Público, quando atuam, o fazem em sua pessoa física, mas os efeitos correspondem a uma ação da instituição. Assim, o promotor de justiça ao praticar um ato, o faz como o próprio órgão Ministério Público, seu atuar é a própria ação da instituição que compõe. Portanto, se um promotor está atuando em um processo e precisa ser substituído, tal substituição poderá ser feita sem que se comprometa a ação, pois os atos praticados pelo membro até então, correspondem a atos da própria instituição.<sup>41</sup>

A unidade ministerial, todavia, não se refere à unidade entre o Ministério Público da União e os Ministérios Públicos dos Estados e Distrito Federal, uma vez que cada qual possui autonomia financeira e orgânica, com suas respectivas chefias.

O princípio da independência funcional, por sua vez, contempla a liberdade de convicção dos membros do Ministério Público, os quais devem exarar, fundamentadamente, suas manifestações, no exercício da atividade-fim, de acordo com sua consciência e os ditames da lei, dissociados de qualquer interferência hierárquica superior. O citado princípio deve ser entendido como um atuar, um pensar, um entender conforme sua consciência jurídica, ou seja, a atuação do *Parquet* não está e não pode ser vinculada a um entendimento. Ele não está obrigado a seguir um raciocínio que discorde acerca de um assunto, poderá ter o seu, e segui-lo sem nenhuma restrição, salvo a da própria lei, que deve defender e fazer que se cumpra.<sup>42</sup>

Registre-se, por oportuno, que a hierarquia existente no Ministério Público restringe-se tão-somente às questões de caráter administrativo (deferimento de férias, licenças, afastamentos etc.), considerando-se crime de responsabilidade qualquer ato do Presidente da República que atentar contra o livre exercício do Órgão Ministerial (art. 85, inciso II, da CF/88).

O Ministério Público como instituição tem suas funções previstas nos incisos I ao IX do artigo 129 da Constituição Federal de 1988, podendo-se entender tais funções como

<sup>40</sup> Texto retirado do site da Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm) acesso em 16/11/2010.

<sup>41</sup> MONTENEGRO FILHO, Misael. **Curso de Direito Processual Civil, volume 1: Teoria geral do processo e processo de conhecimento**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 376.

<sup>42</sup> Idem. Ibidem, p. 376.

verdadeiras prerrogativas constitucionais utilizadas pelo Órgão para proteger a sociedade e o Estado Democrático de Direito que hoje vivemos, sendo estas:

Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

- I - promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;
- II - zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;
- III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;
- IV - promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta Constituição;
- V - defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas;
- VI - expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva;
- VII - exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior;
- VIII - requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;
- IX - exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.<sup>43</sup>

Esse rol é meramente exemplificativo, podendo o *Parquet* exercer outras funções, desde que estas sejam compatíveis com sua missão constitucional.<sup>44</sup>

O Ministério Público, instituição importante no regime democrático brasileiro, teve diversas garantias asseguradas na Carta Magna de 1988 para que pudesse desempenhar suas funções de forma plena, sem o temor de sofrer pressões ou retaliações de grupos da sociedade com interesses privados, de políticos e partidos políticos, da imprensa, ou qualquer tipo de interesse que objetive se sobrepor ao Estado, burlando a lei e ameaçando aquele que tem a função precípua de fazê-la cumprir. Podemos então, destacar as seguintes garantias do texto constitucional em relação a atuação efetiva do membro do Ministério Público.<sup>45</sup>

Art. 128. [...]

§ 5º - Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros:

I - as seguintes garantias:

- a) vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado;
- b) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, assegurada ampla defesa;

<sup>43</sup> Texto retirado do site da Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm) acesso em 16/11/2010.

<sup>44</sup> MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 23ª ed.-2ª reimpressão. São Paulo: Atlas, 2008, p. 608.

<sup>45</sup> Texto retirado do site da Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm) acesso em 16/11/2010.

c) irredutibilidade de subsídio, fixado na forma do art. 39, § 4º, e ressalvado o disposto nos arts. 37, X e XI, 150, II, 153, III, 153, § 2º, I;<sup>46</sup>

As garantias dos membros do Ministério Público, são inerentes ao desempenho da função. Dispostas constitucionalmente, estas tem grande importância ao atual regime político de nosso país, pois possibilitam uma atuação livre e destemida dos promotores e procuradores.<sup>47</sup>

A vitaliciedade, adquirida pelo membro após dois anos de exercício da função, somente possibilita a perda do cargo se esta decorrer de sentença judicial transitada em julgado, onde tal processo se dará em ação civil própria, nos casos de prática de crime incompatível com o exercício da profissão, do exercício da advocacia ou abandono do cargo por período superior a trinta dias corridos.<sup>48</sup>

Quanto à inamovibilidade, a regra é sua vedação, porém há exceção, caso o interesse público assim necessite. Para se aplicar a exceção neste caso, será necessário que seja votado a movimentação do membro pelo órgão colegiado da Instituição, devendo ser aprovado por maioria absoluta e ser assegurado a ampla defesa.<sup>49</sup> Ressalte-se, todavia, que a previsão existente nas legislações estaduais do afastamento cautelar do representante do Ministério Público, durante o transcurso de processo criminal ou disciplinar, em nada contraria tal garantia.

É nítida, portanto, a preocupação em garantir a livre atuação do promotor, pois uma transferência, uma simples movimentação, que a um servidor comum seria algo normal, ao membro de Ministério Público é um ato que demanda bastante esforço e que apenas se concretiza mediante o atendimento de rigorosos requisitos.

No atinente à irredutibilidade de subsídio, esta é necessária para que o promotor não se veja em posição de necessidade material, não vindo a ser ameaçado por possível redução de seus vencimentos, a fim de que possa exercer seu ofício de forma tranquila, sabendo que não sofrerá perdas salariais caso atue de uma forma ou de outra.<sup>50</sup>

Mais garantias são asseguradas ao Ministério Público, em especial ao Procurador-Geral da República, no âmbito federal e ao Procurador-Geral de Justiça, no âmbito dos Estados e Distrito Federal, onde, na esfera da União, será nomeado pelo Presidente da

<sup>46</sup> Texto retirado do site da Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm) acesso em 16/11/2010.

<sup>47</sup> MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 23ª ed.-2ª reimpressão. São Paulo: Atlas, 2008, p. 614.

<sup>48</sup> BRASIL. **Lei Orgânica Nacional do Ministério Público**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 1997, art. 38, §1º.

<sup>49</sup> MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 23ª ed.-2ª reimpressão. São Paulo: Atlas, 2008, p. 620.

<sup>50</sup> Idem. Ibidem, p. 620.



República, exigindo-se aprovação pelo Senado Federal por maioria absoluta de votos para um mandato de dois anos, permitida recondução, ressaltando-se, entretanto que, para ser destituído do cargo, também se faz necessário iniciativa do Presidente da República e aprovação, por maioria absoluta de votos, do Senado Federal.

Na competência dos Estados e Distrito Federal, será formada lista tríplice e competirá ao chefe do executivo local escolher um nome, para exercer um mandato de dois anos, sendo permitida uma recondução. Para ser destituído, deverá ocorrer deliberação da casa legislativa local e ser observada lei complementar aplicada ao caso.

A Constituição Federal de 1988, preceitua o seguinte, *in verbis*:

Art. 128. [...]

§ 1º - O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

§ 2º - A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.

§ 3º - Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

§ 4º - Os Procuradores-Gerais nos Estados e no Distrito Federal e Territórios poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo, na forma da lei complementar respectiva.<sup>51</sup>

O Ministério Público dispõe ainda de outras prerrogativas, além das elencadas acima, podendo-se citar: estruturação em carreira, de acordo com o art. 127, § 2º, da Constituição Federal de 1988; ingresso na instituição, conforme disposto no art. 129, § 3º, por meio de concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil na seleção, sendo exigido do candidato o bacharelado no curso de direito e no mínimo três anos de atividade jurídica, observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação no concurso; vedação à nomeação de promotores “*ad hoc*”, conforme § 2º do art. 129 da Carta Magna de 1988, pois apenas os componentes da carreira é que podem exercer as funções do Órgão. O Ministério Público é dotado ainda de relativa autonomia administrativa e orçamentária, consoante a previsão dos §§ 2º e 3º do art. 127 da Constituição.

O Ministério Público abrange: o Ministério Público dos Estados e o Ministério Público da União (MPU), que por sua vez comporta o Ministério Público Federal (MPF), o

<sup>51</sup> Texto retirado do site da Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm) acesso em 16/11/2010.



Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério Público Militar (MPM) e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT).<sup>52</sup>

A Carta Magna de 1988, visando preservar os membros do Ministério Público, em especial no tocante a independência funcional, previu algumas vedações que devem ser observadas por estes, impedindo-os de receber honorários, percentagens ou custas processuais, a qualquer título; de exercer a advocacia; de participar de sociedade comercial, na forma da lei; de exercer outra função pública, mesmo que em disponibilidade, ressalvada uma de magistério; também de receber auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, a qualquer título ou pretexto, salvo as exceções previstas em lei; de exercer advocacia em juízo ou tribunal do qual se afastou antes de decorrer três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou por exoneração; e de exercer atividade político-partidária.<sup>53</sup>

---

<sup>52</sup> BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006, pp. 91/92.

<sup>53</sup> Idem. Ibidem, pp. 92/93.

## 2 INQUÉRITO POLICIAL: Origem

A origem do inquérito policial remonta a Roma antiga, consistindo, à época, numa investigação realizada pelo Estado com o escopo de buscar a solução de um crime. Neste procedimento, as diligências realizadas eram determinadas pela autoridade julgadora, onde não havia a separação das fases, pré-processuais e processuais, nem sequer era feita uma acusação formal, pois, sendo apurados os fatos e de acordo com o resultado das apurações, imediatamente o indiciado já se tornava réu no processo.<sup>54</sup>

Eram ilimitados os poderes do Juiz, o qual gerenciava todos os atos referentes ao crime, bastando apenas ser noticiado de um ilícito para determinar as medidas a serem tomadas. As investigações, até então, eram centralizadas numa única pessoa, a qual realizava as investigações a mando do julgador. Com o decorrer do tempo, o inquérito passou a ser realizado por um grupo de pessoas, ainda vinculadas às ordens do juiz. Contudo, as diligências passaram a ser feitas de forma mais segura e com maior precisão em suas conclusões, reduzindo a incidência de decisões errôneas e até mesmo tendenciosas, que à época, eram freqüentes.<sup>55</sup>

Em constante evolução, o Direito Romano, através da edição da *Lex Valeria de Provocatione*, trouxe para o réu a possibilidade de recorrer de uma decisão desfavorável, utilizando-se do *Provocatio ad Populum*, recurso destinado a um órgão colegiado denominado *Comitium*, onde seria julgado em uma assembléia pública.<sup>56</sup> Surgiu ainda a possibilidade de um cidadão acusar outrem da prática de um crime, devendo, no entanto, provar as alegações feitas perante o órgão julgador, sendo-lhe vedado retirar a acusação formulada.<sup>57</sup>

Como se observa, o surgimento da investigação criminal teve seu início em Roma, com métodos que aos poucos foram sendo aprimorados, evoluindo conforme se observavam falhas e necessidades de melhorias dos procedimentos. Ao juiz, foi dado um grupo

<sup>54</sup> DAURA, Anderson Souza. **Inquérito Policial Competência e Nulidades de Atos de Polícia Judiciária**. 2ª edição, Curitiba: Juruá, 2007, p. 63.

<sup>55</sup> Idem. Ibidem, p. 64.

<sup>56</sup> Idem. Ibidem, p. 64.

<sup>57</sup> Idem. Ibidem, p. 64.

responsável pela realização de investigações e não apenas uma pessoa. O direito do condenado recorrer a um órgão composto, a fim de buscar uma decisão proferida por um grupo e não apenas a unilateral da autoridade julgadora. Ainda ao cidadão foi dado o direito de acusar, desde que provasse o alegado.

Nota-se um começo de divisão de atribuições, já na Roma antiga, pois o que antes era competência única do juiz, como comandar as investigações, decidir sem possibilidade de recurso, ou seja, acusar e julgar unilateralmente detendo poderes sem limites, passou a ter novos desdobramentos, como os citados acima.

## **2.1 Surgimento no Brasil**

O Brasil, historicamente, atravessou diversos momentos políticos, tendo vivido a Monarquia, regimes ditatoriais e, atualmente, democracia. Um processo longo de evolução foi necessário para se chegar ao modelo determinado pela Constituição de 1988. Muitas legislações vigoraram e, posteriormente, foram substituídas com o objetivo de adequar-se à situação política do país. Essas mudanças também ocorreram nas investigações criminais.

No Código de Processo Criminal de 1832, foram apenas traçadas normas sobre as funções dos Inspetores de Quarteirões, os quais não exerciam atividade de Polícia Judiciária. Não se tratava de Inquérito Policial, havendo apenas dispositivos que informavam sobre o procedimento informativo.

Nesse contexto, a primeira lei a dispor sobre o inquérito policial no Brasil, foi a de nº 261 de 3 de dezembro de 1841<sup>58</sup>, a qual, em seu art. 47, embora não utilizasse a nomenclatura inquérito policial, dava ao procedimento o nome de auto de corpo de delito.

As investigações criminais no Brasil, até então, eram dirigidas pelos juízes de paz e, posteriormente, passaram a ser presididas por juízes de direito e desembargadores. Era um processo inquisitivo, no qual investigação e processo se confundiam, uma vez que todos os procedimentos eram concentrados sob a autoridade dos juízes que, por sua vez, nomeavam delegados de polícia para realizarem diligências acerca dos fatos entendidos como relevantes à apuração dos delitos.<sup>59</sup>

<sup>58</sup> RAIMUNDO, José Guilherme. **Inquérito Policial – Procedimentos administrativos e ação penal**. São Paulo: Leud, 2000, p. 12, relata que a Lei nº 261 de 03 de dezembro de 1841, reformou o Código de Processo Criminal, atribuía a função de Chefe de Polícia a Desembargadores e Juizes de Direito, que eram escolhidos pelo Imperador ou por Presidente de Província, dentre outros assuntos da esfera judiciária.

<sup>59</sup> QUEIROZ FILHO, Dilermando. **Inquérito Policial**. Rio de Janeiro: Ed. Esplanada, 2000, p. 44.

Entre outras novidades, a citada lei trouxe a figura do Delegado e do Subdelegado, porém esta criação não significou relevantes mudanças. Os juízes e desembargadores ainda comandavam as investigações, pois competia a estes, na qualidade de Chefes de Polícia, nomear os delegados, que eram seus subordinados. Assim, esta Lei representou o início da separação das funções policial e judicial por meio da criação da função de Delegado, apesar de ainda todo o processo estar vinculado a autoridade judicial.<sup>60</sup>

Com a edição da Lei nº 2.033, de 20/09/1871, houve a divisão do sistema de perseguição penal em duas fases. Antes, concorrente, entre os delegados e juízes, a competência para a elaboração do auto de corpo de delito passou para a titularidade daqueles.<sup>61</sup>

Essa Lei separou as funções judiciárias das preparatórias. Investigação e processo não mais se confundiam, ocorrendo, cada um, em seu devido momento. A realização das investigações cabia agora, com exclusividade, ao Delegado, Subdelegado e Chefe de Polícia. Não mais existia a competência concorrente dos juízes e, embora os Chefes de Polícia fossem nomeados dentre os juízes, estes, ao aceitarem a função, deveriam afastar-se da magistratura enquanto estivessem naquela.

Em 22 de novembro de 1871 foi editado o Decreto nº 4.824, o qual teve a função de regulamentar a aplicação da Lei nº 2.033<sup>62</sup>. Pela primeira vez é utilizada a nomenclatura Inquérito Policial, definido como um procedimento preparatório ao processo, objetivando apurar as circunstâncias do crime, seus autores, sendo tudo reduzido a termo pela autoridade policial.<sup>63</sup>

Estes dois mecanismos, a Lei nº 2.033 e o Decreto nº 4.824, foram importantes no sentido de estabelecer as funções do Inquérito Policial junto à legislação judiciária pois determinaram suas funções, limites, pessoas competentes a realizá-lo, tornando-o um procedimento aparte do processo. A partir destes dispositivos legais, o Inquérito Policial não mais se confundia com o processo. Tornou-se, assim, um procedimento próprio, com funções definidas em Lei.<sup>64</sup> E foi assim que transpôs a passagem do século XIX para o atual.

<sup>60</sup> QUEIROZ FILHO, Dilermando. **Inquérito Policial**. Rio de Janeiro: Ed. Esplanada, 2000, p. 44.

<sup>61</sup> Idem. Ibidem, p. 44.

<sup>62</sup> BRASIL. Decreto 4.824 de 22 de novembro de 1871, regula a execução da Lei 2.033/1871. Estipula funções do Inquérito Policial, autoridades competentes e realização de seus procedimentos e demais assuntos relacionados às funções judiciárias previstas na referida Lei.

<sup>63</sup> QUEIROZ FILHO, Dilermando. **Inquérito Policial**. Rio de Janeiro: Ed. Esplanada, 2000, p. 45.

<sup>64</sup> Idem. Ibidem, p. 45.

Na década de 30, o inquérito policial sofreu certo abalo, surgindo uma campanha para a criação do Juizado de Instrução, que destinava a substituição do Processo Policial de Inquisição. Mas o Decreto-lei nº 3.689 de 03 de outubro de 1941, introduzindo o novo e atual Código de Processo Penal manteve-o, no artigo 4º e seguintes.

## **2.2 Conceito, Função e Prescindibilidade do Inquérito Policial**

A fase pré-processual (inquérito, sumário, diligências prévias, investigação etc.) é absolutamente imprescindível, pois um processo penal sem a investigação preliminar é um processo irracional, uma figura inconcebível segundo a razão e os postulados básicos do processo penal constitucional.<sup>65</sup>

Adota-se, usualmente, o inquérito policial na investigação pré-processual.<sup>66</sup> Realizado na esfera policial, visa colher provas a fim de buscar a comprovação da materialidade do crime, bem como sua autoria.<sup>67</sup> Sua finalidade é, portanto, a apuração de fato que configure infração penal e a respectiva autoria para servir de base à ação penal ou às providências cautelares.<sup>68</sup>

A primeira definição de inquérito policial propriamente dito, no Brasil, trouxe em si os principais objetivos do mesmo, quais sejam, a busca da autoria e da materialidade do crime, encontrando-se a mesma no Decreto nº 4.824 de 1871, que em seu artigo 42 diz, *in verbis*:

Art. 42. O inquerito policial consiste em todas as diligencias necessárias para o descobrimento dos factos criminosos, de suas circumstancias e dos seus autores e complices; e deve ser reduzido a instrumento escripto, observando-se nelle o seguinte.<sup>69</sup>

Os conceitos atuais são bastante amplos acerca das características do procedimento administrativo discutido. Edilson Mougenot Bonfim, doutrinador penalista, assim o define:

Procedimento administrativo, preparatório e inquisitivo, presidido pela autoridade policial, e constituído por um complexo de diligências realizadas pela polícia, no

<sup>65</sup> LOPES JR., Aury. **Direito Processual Penal e sua Conformidade Constitucional**. Volume I. 4ª ed. revisada e atualizada. Rio de Janeiro: *Lúmen Júris*, 2009, p. 223.

<sup>66</sup> BONFIM, Edilson Mougenot. **Curso de Processo Penal**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 104.

<sup>67</sup> NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Processo Penal e Execução Penal**. 3ª ed. rev., atual. e ampliada. 2. tir. - São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 127.

<sup>68</sup> CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. 17ª edição. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 112.

<sup>69</sup> Texto retirado do site da Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Historicos/DIM/DIM4824.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Historicos/DIM/DIM4824.htm) acesso em 16/11/2010.

exercício da função judiciária, com vistas à apuração de uma infração penal e à identificação de seus autores.<sup>70</sup>

O professor Fernando Capez assim o coloca:

É o conjunto de diligências realizadas pela polícia judiciária para a apuração de uma infração penal e de sua autoria, a fim de que o titular da ação penal possa ingressar em juízo (CPP, art. 4º). Trata-se de procedimento persecutório de caráter administrativo instaurado pela autoridade policial. Tem como destinatários imediatos o Ministério Público, titular exclusivo da ação penal pública (CF, art. 129, I) e o ofendido, titular da ação penal privada (CPP, art. 30); como destinatário mediato tem o juiz, que se utilizará dos elementos de informação nele constantes, para o recebimento da peça inicial e para a formação do seu convencimento quanto à necessidade de decretação de medidas cautelares.<sup>71</sup>

Já André Rovegno nos traz que inquérito policial

é o expediente escrito, produzido pelo órgão de polícia judiciária competente, onde são reunidas e documentadas todas as diligências levadas a efeito (e todos os resultados encontrados nessas diligências) durante a tarefa de esclarecer as circunstâncias de um fato que se apresentou inicialmente com aparência de ilícito penal passível de sancionamento, confirmando ou infirmando essa aparência inicial e, esclarecendo, se possível, na hipótese confirmada, a autoria da conduta.<sup>72</sup>

Trata-se, assim, de um procedimento realizado na esfera policial, tendo como objetivo básico a colheita de provas acerca da existência do crime e possíveis indícios que levem à sua autoria, a fim de que o Ministério Público ou o particular (ofendido) possa propor a ação penal, pública ou privada, respectivamente.

O inquérito policial possui uma série de características, dentre as quais pode-se destacar a de ter caráter informativo e inquisitivo a fim de que, ao utilizá-las, atinja-se sua função primordial, que é dar suporte a ação penal, produzindo para esta, elementos que possibilitem a sua propositura.

O caráter informativo do procedimento se vislumbra na sua incumbência de fornecer informações necessárias para que o órgão acusador possa intentar a ação penal, se assim entender cabível.<sup>73</sup> Busca viabilizar a punição dos responsáveis pelos crimes, mas não puni-los, porque a punição apenas pode ser veiculada pela ação penal, que, por sua vez, não pode ser exercida pela autoridade policial.<sup>74</sup>

O caráter inquisitivo não possibilita ao investigado ou indiciado a possibilidade de se valer do contraditório e ampla defesa, uma vez que ele é o próprio objeto da atividade investigatória. Como visto, o inquérito policial é um procedimento meramente informativo,

<sup>70</sup> BONFIM, Edilson Mougenot. **Curso de Processo Penal**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 104.

<sup>71</sup> CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. 17ª edição. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 109.

<sup>72</sup> ROVEGNO, André. **O Inquérito Policial e os princípios constitucionais do Contraditório e da Ampla defesa**. Campinas: Ed. Bookseller, 2005, p. 91.

<sup>73</sup> MIRABETE, Julio Fabbrini. **Processo penal**. 18ª edição. São Paulo: Atlas S.A., 2008, p. 60.

<sup>74</sup> BONFIM, Edilson Mougenot. **Curso de Processo Penal**. 4ª edição. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 106.

possuindo apenas caráter preparatório da ação a ser intentada. Não se trata de processo, mas sim de fase pré-processual, devendo, contudo, em qualquer circunstância, respeitar-se os direitos e garantias individuais constitucionalmente assegurados. Não há na fase investigativa acusação propriamente dita.<sup>75</sup>

O único inquérito que admite o contraditório é o instaurado pela Polícia Federal, a pedido do Ministro da Justiça, visando à expulsão de estrangeiro (Lei nº 6.815/80, art. 70).<sup>76</sup>

Diante das características do inquérito policial apresentadas, presume-se ser este um procedimento instrutório de uma possível ação penal. Não tem em si a intenção de punir, mas sim de possibilitar uma futura punição, buscando em sua essência comprovar autoria e materialidade do crime, resguardando-se, contudo, ao acusado, todos os direitos e garantias dispostos em nosso ordenamento jurídico.

Não se trata de fase obrigatória à propositura de uma ação penal, quer seja esta pública ou privada. As conclusões nele obtidas não vinculam o órgão acusador, apenas servem de elementos informativos à formação de sua opinião acerca da existência ou não de um crime, servindo de parâmetro ao *Parquet* para que esse forme seu entendimento sobre o fato ocorrido.<sup>77</sup>

A prescindibilidade do inquérito policial se funda no fato de que esse não é pressuposto para a propositura de uma ação penal. Desse modo, caso existam elementos necessários a propositura de uma ação penal, poderá o *Parquet* intentá-la sem ter que passar pela investigação policial, conforme disposto no Código de Processo Penal:

Art. 27. Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.

Art. 39. O direito de representação poderá ser exercido, pessoalmente ou por procurador com poderes especiais, mediante declaração, escrita ou oral, feita ao juiz, ao órgão do Ministério Público, ou à autoridade policial. [...]

§5º O órgão do Ministério Público dispensará o inquérito, se com a representação forem oferecidos elementos que o habilitem a promover a ação penal, e, neste caso, oferecerá a denuncia no prazo de 15 (quinze) dias.<sup>78</sup>

<sup>75</sup> BONFIM, Edilson Mougenot. **Curso de Processo Penal**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 110.

<sup>76</sup> CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. 17ª edição. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 117.

<sup>77</sup> BONFIM, Edilson Mougenot. **Curso de Processo Penal**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 107.

<sup>78</sup> Texto retirado do site da Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del3689.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm) acesso em 16/11/2010.

Entretanto, uma vez instaurado o Inquérito Policial, o seu arquivamento só se dará mediante decisão judicial, provocada pelo Ministério Público, e de forma fundamentada, em face do princípio da obrigatoriedade da ação penal.<sup>79</sup>

O inquérito policial se caracteriza, portanto, como um procedimento investigativo, realizado na esfera administrativa, com o intuito de produzir elementos que possam subsidiar o entendimento do Órgão Ministerial, a fim de que este possa promover a ação penal ou requerer seu arquivamento, ou requerer novas diligências, ou ainda requerer a permanência dos autos em cartório em se tratando de ação penal privada e até requerer a remessa dos autos a outro juízo caso visualize a incompetência de certo juízo.<sup>80</sup> A ação penal poderá ser intentada independente do inquérito, o que demonstra ser esse uma peça informativa, que dá apoio à propositura da ação penal, não estando esta, vinculada a existência daquela.

---

<sup>79</sup> CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. 17ª edição. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 143.

<sup>80</sup> BONFIM, Edilson Mougnot. **Curso de Processo Penal**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009, pp. 132/133.



### 3 INVESTIGAÇÃO CRIMINAL REALIZADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO: Aspectos constitucionais e legais

Em capítulo anterior apontou-se o posicionamento do Ministério Público dentro da nossa atual Carta constitucional, expondo-se, entre outros, as garantias, funções, prerrogativas e vedações inerentes ao órgão ministerial.

Da leitura dos artigos 127 a 130-A<sup>81</sup>, da Constituição Federal de 1988, os quais regulamentam o Ministério Público, observa-se que nenhum desses dispositivos prevê, expressamente, que o *Parquet* possa investigar criminalmente de forma direta. Ocorre, todavia, que tanto a doutrina quanto a jurisprudência divergem acerca do tema.

A nossa atual Constituição fez do Ministério Público um órgão de relevante importância ao regime democrático pois, designando suas funções, fez dele um verdadeiro guardião da ordem constitucional.<sup>82</sup>

Considerando o objeto de estudo deste trabalho, podemos destacar que o Ministério Público tem como principal, dentre todas as funções a ele atribuídas, a de ser o titular, de forma privativa, da ação penal pública; a função de fiscalizar externamente a atividade policial; e a função de requisitar diligências em investigações criminais e instauração do inquérito policial, prerrogativas estas previstas no art. 129 da Constituição Federal de 1988, *in verbis*:

Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:  
I - promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;  
VII - exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior;  
VIII - requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;<sup>83</sup>

Verifica-se, pois, que a Constituição citou como primeira função do Ministério Público o poder de promover privativamente a ação penal pública, atribuição de âmbito judicial e não administrativo. Porém, para que o *Parquet* pudesse zelar ainda mais pela ordem pública, dentre outras funções, a Carta incumbiu-lhe a de realizar fiscalização externa da

<sup>81</sup> BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006, pp. 91/95.

<sup>82</sup> MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 23ª ed.-2ª reimpressão. São Paulo: Atlas, 2008, p. 610.

<sup>83</sup> Texto retirado do site da Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm) acesso em 16/11/2010.

atividade policial e, para tanto, dispõe de livre acesso aos órgãos policiais, a presídios e instituições do tipo, bem como a documentos internos das instituições policiais, com o objetivo de impedir possíveis desvios dos agentes e das autoridades policiais.<sup>84</sup> E mais ainda, pois deu poder ao Órgão Ministerial para que requisitasse diligências investigatórias às autoridades policiais e também, para requisitar a instauração de Inquérito Policial, devendo para tanto, apresentar fundamentos jurídicos que amparem sua requisição.<sup>85</sup>

O Ministério Público, portanto, foi equipado com prerrogativas que o possibilitam ter acesso e intervir no Inquérito Policial e na investigação criminal quando quiser, apesar de não haver nenhuma subordinação da Polícia em relação ao Órgão.

O artigo 144 da Constituição Federal de 1988, localizado no Capítulo III, dispõe sobre a Segurança Pública, referindo-se à competência das Polícias Federal e Civil, onde se destaca que a primeira atua no âmbito da União, na esfera federal, enquanto que a segunda atua nos estados da Federação.<sup>86</sup> Dentre suas atribuições interessa-nos as seguintes, *in verbis*:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

§ 4º - às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.<sup>87</sup>

O texto constitucional transcrito, demonstra que são funções das Polícias Federal e Civil realizar a apuração de infrações penais e o serviço de Polícia Judiciária, sendo ainda expresso que à Polícia Federal, no âmbito da União, incumbe exclusivamente a função de Polícia Judiciária, ao passo que, nos Estados, a apuração de infrações penais e o serviço de Polícia Judiciária competem às Polícias Cíveis, com exceção das de natureza militar.

Ocorre, porém, que algumas interpretações ao texto constitucional levam ao entendimento de que as funções de Polícia Judiciária e a apuração de infrações penais não são

<sup>84</sup> MORAES, Guilherme Peña de. **Curso de Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 2008, p. 485.

<sup>85</sup> MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 23ª ed.-2ª reimpressão. São Paulo: Atlas, 2008, pp. 609/610.

<sup>86</sup> BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de Direito Constitucional**. 2ª ed., revista e atualizada de acordo com a Emenda Constitucional n.º 56/2007. São Paulo: Saraiva, 2008, pp. 1189/1190.

<sup>87</sup> Texto retirado do site da Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm) acesso em 16/11/2010.

sinônimas, não designam uma mesma atividade. Assim, reserva-se à Polícia Federal, com exclusividade, apenas a função de Polícia Judiciária da União e não a de apurar infrações penais na esfera federal. Às Polícias Cíveis, no âmbito estadual, a apuração de crimes e o serviço de Polícia Judiciária, porém, ocorrendo infração em unidade da Federação que seja de natureza federal, competirá ao órgão da referida esfera atuar.<sup>88</sup>

Portanto o que se busca com esse entendimento é dizer que não é exclusivo das polícias supracitadas os procedimentos investigatórios de natureza criminal.

### 3.1 Código de Processo Penal

É sabido que inexiste no ordenamento jurídico pátrio qualquer dispositivo autorizando a realização de investigação criminal diretamente pelo Ministério Público, sendo este o principal motivo do grande celeuma formado em torno do tema.

O Código de Processo Penal, em seu artigo 4º, dá ensejo à discussão acerca da competência para realização das investigações criminais, pois estatui o seguinte em seu *caput* e parágrafo único, *in verbis*:

Art. 4º A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria.

Parágrafo único. A competência definida neste artigo não excluirá a de autoridades administrativas, a quem por lei seja cometida a mesma função.<sup>89</sup>

O citado artigo preceitua, expressamente, que é função das polícias federal e cíveis a apuração das infrações na esfera penal, pois são as polícias judiciárias, assim definidas pela Constituição Federal. Portanto, é competência das polícias judiciárias, por meio das autoridades policiais exercer as atividades de investigação de infrações penais e de seus possíveis autores.<sup>90</sup>

O que se discute não é a competência das polícias judiciárias para a realização de procedimentos investigatórios, mas a exclusividade de tais procedimentos pois, embora, como já mencionado, o artigo 4º do CPP lhes atribua tal mister, o mesmo dispositivo em seu

<sup>88</sup> FONTES, Paulo Gustavo Guedes. **Investigação criminal pelo Ministério Público: discussão dos principais argumentos em contrário**. Boletim Científico, ESMPU, Ano 4, n° 16, julho/setembro, 2005, Brasília/DF, p. 174.

<sup>89</sup> Texto retirado do site da Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/De13689.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/De13689.htm) acesso em 16/11/2010.

<sup>90</sup> MIRABETE, Julio Fabbrini. **Processo Penal**. 18ª ed. revista e atualizada por Renato N. Fabbrini. São Paulo: Atlas S.A., 2008, p. 56.

parágrafo único consigna que não se exclui o poder de apurar infrações penais a autoridades administrativas, desde que disposto em lei.<sup>91</sup>

O Código de Processo Penal, no artigo 5º, trata das formas de instauração do inquérito policial, onde, dentre as várias formas, uma merece destaque, qual seja:

Art. 5º Nos crimes de ação pública o inquérito policial será iniciado:  
II - mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.<sup>92</sup>

Da leitura do dispositivo acima transcrito extrai-se que ao Ministério Público cabe, para fins de se iniciar procedimento investigativo, requisitar que este seja realizado, ou iniciado, ou instaurado, cabendo à autoridade policial, por sua vez, acatar tal requisição e proceder na realização do feito. O referido artigo não possibilita ao Órgão Ministerial iniciar um procedimento investigativo criminal, mas sim requisitar que esse seja iniciado.<sup>93</sup>

Como já discorrido no presente trabalho, o inquérito policial é um procedimento prescindível à propositura da ação penal. O legislador pátrio foi bastante contundente quanto à dispensabilidade do inquérito policial para a propositura da ação penal, abrindo, inclusive, várias possibilidades para que a ação penal se inicie sem a instauração do inquérito, bastando para tanto, que o Ministério Público disponha de elementos necessários a sua propositura:

Art. 12. O inquérito policial acompanhará a denúncia ou queixa, sempre que servir de base a uma ou outra.

Art. 27. Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.

Art.39. O direito de representação poderá ser exercido, pessoalmente ou por procurador com poderes especiais, mediante declaração, escrita ou oral, feita ao juiz, ao órgão do Ministério Público, ou à autoridade policial.

§ 5º O órgão do Ministério Público dispensará o inquérito, se com a representação forem oferecidos elementos que o habilitem a promover a ação penal, e, neste caso, oferecerá a denúncia no prazo de quinze dias.<sup>94</sup>

O inquérito policial, como se vê, não é pré-requisito para um possível oferecimento de denúncia por parte do *Parquet*.<sup>95</sup>

Embora os dispositivos processuais penais ensejem diversas interpretações atinentes à possibilidade do Ministério Público conduzir as investigações criminais, o que se

<sup>91</sup> MIRABETE, Julio Fabbrini. **Processo Penal**. 18ª ed. revista e atualizada por Renato N. Fabbrini. São Paulo: Atlas S.A., 2008, p. 58.

<sup>92</sup> Texto retirado do site da Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del3689.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm) acesso em 16/11/2010.

<sup>93</sup> NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Processo Penal e Execução Penal**. 3ª ed. rev., atual. e ampliada. 2. tir. - São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 130.

<sup>94</sup> Texto retirado do site da Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del3689.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm) acesso em 16/11/2010.

<sup>95</sup> CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. 17ª edição. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 120.

tem por mais claro é o posicionamento de que a realização de investigações criminais diretas compete as polícias judiciárias, até mesmo porque, culturalmente e historicamente, no Brasil, quando se fala em investigação criminal, já se relaciona o tema ao Inquérito Policial. É costume popular ao saber da ocorrência de um crime ir a uma delegacia de polícia para noticiá-lo, ou até mesmo informar a própria polícia ostensiva o fato supostamente criminoso, apesar de existir a possibilidade de ser feita tal notícia diretamente ao Ministério Público ou ao Poder Judiciário.

### **3.2 Lei Orgânica Nacional do Ministério Público – Lei nº 8.625, de 1993**

A Lei 8.625 de 12 de fevereiro de 1993, instituidora do Ministério Público, trouxe as diretrizes a serem seguidas pelos Órgãos ministeriais nos Estados, dispondo em seu artigo 25 acerca das funções dos membros dos respectivos órgãos, dentre as quais destacamos como de maior relevância para o desenvolvimento do presente trabalho, a seguinte:

Art. 25. Além das funções previstas nas Constituições Federal e Estadual, na Lei Orgânica e em outras leis, incumbe, ainda, ao Ministério Público:

III - promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;

IV - promover o inquérito civil e a ação civil pública, na forma da lei;

VIII - ingressar em juízo, de ofício, para responsabilizar os gestores do dinheiro público condenados por tribunais e conselhos de contas;<sup>96</sup>

Da transcrição acima, que trata das funções do Ministério Público, não se extrai qualquer autorização para que o *Parquet* realize investigações criminais, tampouco presida inquéritos policiais. Consta somente a possibilidade de promover o inquérito civil.

Na mesma direção os incisos II, III e IV do artigo 26 da citada lei, *in verbis*:

Art. 26. No exercício de suas funções, o Ministério Público poderá:

II - requisitar informações e documentos a entidades privadas, para instruir procedimentos ou processo em que officie;

III - requisitar à autoridade competente a instauração de sindicância ou procedimento administrativo cabível;

IV - requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial e de inquérito policial militar, observado o disposto no art. 129, inciso VIII, da Constituição Federal, podendo acompanhá-los.<sup>97</sup>

Como se observa dos dispositivos transcritos, não há demonstração da concessão de poder investigatório de modo direto na esfera criminal ao Ministério Público. Fica claro

<sup>96</sup> Texto retirado do site da Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8625.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8625.htm) acesso em 16/11/2010.

<sup>97</sup> Texto retirado do site da Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8625.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8625.htm) acesso em 16/11/2010.

somente a intenção do legislador em equipá-lo com o poder de requisição, trazendo a faculdade de acompanhar a realização de diligências, o transcorrer das investigações, mas não de realizá-las por conta própria.

### 3.3 Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993

A Lei Complementar nº 75, de 1993, dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União, sendo este composto pelos: MP Federal, MP Militar, MP Trabalho e MP Distrito Federal e Territórios.<sup>98</sup>

O artigo 80 da Lei nº 8.625/93 estatui que serão aplicadas subsidiariamente as normas da Lei Orgânica do Ministério Público da União aos Ministérios Públicos dos Estados.<sup>99</sup> Este dispositivo legitima a realização de investigações criminais de forma direta por todos os Ministérios Públicos, estaduais e federais, à vista do que dispõe o inciso V, do artigo 8º da Lei Complementar nº 75/93, *in verbis*:

Art. 8º Para o exercício de suas atribuições, o Ministério Público da União poderá, nos procedimentos de sua competência:

V - realizar inspeções e diligências investigatórias;<sup>100</sup>

Uma simples interpretação do dispositivo acima, possibilita auferir-se que ao Ministério Público é possível a realização de diligências investigatórias, o que também se entenderia investigações criminais, mas será que de forma direta?

Os dispositivos citados acima autorizaram ao *Parquet* requisitar e acompanhar a realização de tais procedimentos (art. 26, IV, Lei 8.625, de 1993), mas fazê-los por conta própria é o grande celeuma atualmente existente quando se fala em competência para realização direta de investigações criminais. Cumpre-nos, então, buscar respostas na doutrina e na jurisprudência pátria, objetivando demonstrar os entendimentos acerca dos dispositivos legais mencionados acima e trazer maior esclarecimento ao leitor.

### 3.4 Posicionamentos Doutrinários

A doutrina é uma espécie de interpretação da lei que é feita pelos escritores do mundo jurídico, possuindo grande influência na formação acadêmica e na vida prática dos

<sup>98</sup> BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006, pp. 91/92.

<sup>99</sup> BRASIL, **Lei Orgânica Nacional do Ministério Público**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 1997, p. 34.

<sup>100</sup> Texto retirado do site da Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp75.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp75.htm) acesso em 16/11/2010.

profissionais desse imenso universo. Devendo-se entender por interpretação, a atividade que consiste em extrair da norma seu exato alcance e real significado, buscando-se a vontade da lei, não importando a vontade de quem a fez.<sup>101</sup>

No universo jurídico os posicionamentos doutrinários são de grande importância. Resultam de anos e anos de estudos e pesquisas realizadas por aqueles que objetivam aclarar o entendimento acerca de um determinado assunto.

A fim de proporcionar ao leitor um melhor entendimento acerca do tema que nos propusemos apresentar, passaremos a expor o pensamento dos principais doutrinadores pátrios quanto à possibilidade ou não do Ministério Público atuar na condução de investigações criminais.

### **3.4.1 Posicionamentos Favoráveis**

Dentre os defensores da investigação criminal realizada de forma direta pelo *Parquet*, temos o Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, professor Paulo Rangel, o qual entende que tendo a Constituição Federal instituído o Ministério Público com a função de defender a ordem jurídica, os direitos e garantias fundamentais, deveriam lhe ser assegurados também os meios para que realizasse tal tarefa e, conseqüentemente, a investigação criminal direta seria um desses meios fornecidos pela Carta, sendo perfeitamente aceitável a atuação do Ministério Público no campo investigatório criminal diretamente e de forma independente, não precisando acompanhar a investigação policial, mas sim realizar a sua própria.<sup>102</sup>

Na mesma linha de entendimento, encontra-se Julio Fabbrini Mirabete, o qual esclarece que o *Parquet* possui plena legitimidade para a realização de procedimentos investigatórios e diligências na esfera criminal, pois as investigações que se destinam ao esclarecimento de crimes não são de exclusiva competência das polícias, conforme ressalva do parágrafo único do artigo 4º do Código de Processo Penal<sup>103</sup>, já citado em capítulo anterior neste trabalho.

<sup>101</sup> CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. 17ª edição. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 103.

<sup>102</sup> RANGEL, Paulo. **Investigação Criminal Direta pelo Ministério Público: Visão Crítica**. 2ª ed. Rio de Janeiro: *Lumen Jûris*, 2005, p. 146.

<sup>103</sup> MIRABETE, Julio Fabbrini. **Processo Penal**. 18ª ed. revista e atualizada por Renato N. Fabbrini. São Paulo: Atlas S.A., 2008, pp. 58/59.



Da mesma opinião divide o doutrinador Tourinho Filho, o qual afirma que “o parágrafo único do art. 4º (CPP) deixa entrever que essa competência atribuída à Polícia não lhe é exclusiva, nada impedindo que autoridades administrativas outras possam proceder investigações”.<sup>104</sup>

Aury Lopes Júnior assevera que o Ministério Público não está condenado a ser um mero acompanhante ou espectador, pois a lei lhe faculta o poder de instaurar e conduzir seu próprio procedimento investigatório.<sup>105</sup>

Alexandre de Moraes, por sua vez, defende a realização de investigações criminais diretas pelo Ministério Público, pois, dentre outros argumentos, destaca que as funções do Órgão ministerial especificadas no rol do artigo 129 da Constituição Federal de 1988 não são taxativas e sim exemplificativas, possibilitando, desta forma, o exercício de outras funções que lhe forem atribuídas, as quais deverão estar de acordo com os preceitos constitucionais que orientam a atuação do MP.<sup>106</sup>

O citado autor leciona que “não reconhecer ao Ministério Público seus poderes investigatórios criminais implícitos corresponde a diminuir a efetividade de sua atuação em defesa dos direitos fundamentais de todos os cidadãos”,<sup>107</sup> contudo, ao órgão ministerial não deve ser dado poderes ilimitados, pois com tantos poderes, o *Parquet* acabaria por ter sua limitação estabelecida apenas pelo direito e pela atuação de advogados e magistrados, os primeiros na defesa de suas teses e os segundos, no julgamento dos processos. Portanto há que se observar um possível excesso de atribuições, que não se daria de forma descontrolada, mas sim, sob os preceitos constitucionais, sendo a investigação criminal direta realizada pelo Ministério Público, uma derivação das funções constitucionais do artigo 129.<sup>108</sup>

Os defensores das investigações realizadas pelo Ministério Público fundamentam-se, principalmente, no inciso IX, do art. 129 da Constituição Federal de 1988, que abre a possibilidade de o órgão ministerial “exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas”, pois, ao interpretar tal dispositivo em conjunto com o inciso V, do artigo 8º, da Lei Complementar nº 75/93, que autoriza o Ministério Público a no

<sup>104</sup> FILHO, Fernando da Costa Tourinho. **Código de Processo Penal Comentado**. Volume. 1. 13ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 61.

<sup>105</sup> LOPES JR., Aury. **Direito Processual Penal e sua Conformidade Constitucional**. Volume I. 4ª ed. revisada e atualizada com as leis. Rio de Janeiro: *Lumen Júris*, 2009, p. 259.

<sup>106</sup> MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 23ª ed.-2ª reimpressão. São Paulo: Atlas, 2008, p. 610.

<sup>107</sup> Idem. Ibidem, p. 611.

<sup>108</sup> Idem. Ibidem, p. 611.



exercício de suas atribuições “a realizar inspeções e diligências investigatórias” tem-se formado um conjunto legal que possibilitaria ao Órgão Ministerial investigar diretamente infrações criminais.<sup>109</sup>

### 3.4.2 Posicionamentos Contrários

Como visto, muitos são os argumentos favoráveis à atuação do Ministério Público no campo investigatório criminal. Muitos outros doutrinadores, no entanto, manifestam-se de forma contrária, utilizando-se, da mesma maneira, de muitos argumentos que fundamentam seus posicionamentos.

O mais robusto argumento contrário à investigação direta do Ministério Público é a ausência de previsão expressa, quer na Constituição Federal, quer na legislação infraconstitucional.

Em 1993, por intermédio da PEC 197/2003, pretendeu-se incluir entre as atribuições do Ministério Público a promoção de investigações, todavia a citada proposição foi arquivada em 31/1/2007.<sup>110</sup>

O professor Guilherme de Souza Nucci é um dos doutrinadores que se posiciona contrário à investigação criminal realizada pelo Ministério Público, afirmando, para tanto, que teria sido concedida ao órgão a titularidade exclusiva do ajuizamento da ação penal, ressaltando-se a hipótese reservada à vítima, em caso de não ser intentada no prazo legal mas, no tocante ao inquérito policial, este é atribuição das polícias judiciárias, no âmbito federal e estadual, conforme disciplina o artigo 144 da Carta Magna.<sup>111</sup>

Acrescenta o citado doutrinador que, se o constituinte tivesse a intenção de designar a atribuição de realizar o inquérito policial ao *Parquet*, o teria feito no inciso III do artigo 129 da Constituição Federal, porém não o fez, o que demonstra que a intenção era de fazer do MP um órgão fiscalizador da atividade policial<sup>112</sup>, portanto, embora o Órgão Ministerial tenha sido munido, expressamente, de todos os meios para que pudesse alcançar a

<sup>109</sup> FONTES, Paulo Gustavo Guedes. **Investigação criminal pelo Ministério Público: discussão dos principais argumentos em contrário**. Boletim Científico, ESMPU, Ano 4, n° 16, julho/setembro, 2005, Brasília/DF, p. 179.

<sup>110</sup> Texto retirado do site da Câmara dos Deputados. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/sileg/Prop\\_Detalhe.asp?id=142415](http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=142415) acesso em 16/11/2010.

<sup>111</sup> NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Processo Penal e Execução Penal**. 3ª ed. rev., atual. e ampliada. 2. tir. - São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 130.

<sup>112</sup> Idem. Ibidem, 2007, p. 130.

materialidade e autoria dos delitos, a Constituição não lhe deu o poder de fazê-lo por conta própria, ou seja, diretamente.<sup>113</sup>

Prossegue Guilherme Nucci afirmando que o constituinte, talvez tenha optado por não conferir o poder de investigar criminalmente de forma direta ao Ministério Público, por uma questão de equilíbrio, de segurança jurídica, pois, quando a autoridade policial está conduzindo um inquérito, sua ação é fiscalizada pelo Ministério Público, pelo juiz, pelos advogados, sendo este um procedimento meramente informativo e, ainda que seja sigiloso, não excluirá o acompanhamento do Ministério Público e do Juiz, que terão ciência e acompanharão seu andamento, sendo ainda, conferido ao advogado o acesso aos autos. Todavia, se caso o Ministério Público viesse a realizar investigações sigilosas, tal fiscalização não iria ocorrer, pois nem a existência de sua realização seria sabida, o que traria um certo desequilíbrio às relações processuais, criando um poder maior que os outros, diferenciado, livre de controle, um risco para as instituições democráticas.<sup>114</sup>

Os posicionamentos doutrinários como visto, tem sido divergentes acerca do assunto, acarretando discussões sobre diversos pontos. A falta de pacificação da doutrina demonstra a complexidade do assunto e a sua importância para o universo das relações jurídicas, pois uma solução contrária à possibilidade de o Ministério Público investigar diretamente, pode trazer grandes prejuízos ao órgão, segundo alguns entendimentos, já explicitados acima, e uma decisão favorável trará uma grande transformação no capítulo do mundo jurídico que trata do tema, mudando toda uma forma de se proceder em apurações criminais.

### ***3.5 Posicionamentos jurisprudenciais sobre o tema***

Assim como na doutrina, também na jurisprudência ainda não se encontra pacificada a matéria atinente à investigação criminal conduzida diretamente pelo Ministério Público, o que torna necessária uma palavra final do Congresso Nacional, por meio de Emenda à Constituição, ou do Supremo Tribunal Federal, através de uma decisão definitiva acerca desse assunto, o que até então não se tem, apesar da existência de diversas decisões já emanadas sobre o tema em nossos tribunais.

---

<sup>113</sup> NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Processo Penal e Execução Penal**. 3ª ed. rev., atual. e ampliada. 2. tir. - São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 130.

<sup>114</sup> Idem. Ibidem, p. 131.

### 3.5.1 Decisões Favoráveis

No ano de 1998 a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Ordinário nº 7063/PR, sob a relatoria do Ministro Vicente Leal, entendeu ser possível a instauração de inquérito pelo Ministério Público Federal com o intuito de apurar procedimento de natureza penal, consoante se infere da ementa do citado julgado:

PROCESSUAL PENAL. DENÚNCIA ALEGAÇÃO DE INÉPCIA. AÇÃO PENAL. TRANCAMENTO. FATOS TÍPICOS. "HABEAS CORPUS". INQUÉRITO INSTAURADO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. IMPOSSIBILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. INEXISTÊNCIA.

- Constando da denúncia a adequada descrição de fatos que, em tese, consubstanciam crimes, não procede a alegação de inépcia, já que observados os requisitos próprios, inscritos no art. 41 do CPP.

- O "habeas corpus" instrumento processual de assento constitucional destinado a assegurar o direito de locomoção, não se presta para a realização de longa incursão sobre fatos em exame no curso de ação penal, nem para a obtenção de absolvição sumária.

- O Ministério Público, como órgão de defesa dos interesses individuais e sociais indisponíveis (CF, art. 127), tem competência para instaurar inquérito policial para investigar a prática de atos abusivos, susceptíveis de causar lesão a tais interesses coletivos.

- A instauração de tal procedimento não provoca qualquer constrangimento ilegal ao direito de locomoção, revelando-se, por isso, impróprio o uso do "habeas corpus" para coibir eventuais irregularidades a ele atribuídos.

- Recurso ordinário desprovido.

(RHC 7063/PR, Rel. Ministro VICENTE LEAL, SEXTA TURMA, julgado em 26/08/1998, DJ 14/12/1998 p. 302)<sup>115</sup>

Como se observa, no referido julgamento a Turma, fundamentando sua decisão no art. 127 da Constituição Federal de 1988, entendeu, por unanimidade, que o Ministério Público Federal possui competência para instaurar inquérito policial que tenha por fim apurar ilícito penal, uma vez que tem por atribuição defender interesses individuais indisponíveis.

A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, no ano de 2001, ao julgar o Recurso Ordinário nº 8106/DF, cujo relator era o Ministro Gilson Dipp, conforme se verifica da ementa a seguir transcrita, entendeu, de forma unânime, que ao Ministério Público é cabível a requisição de diligências e também a realização destas de forma direta, não estando vinculada a ocorrência da ação penal à existência do inquérito policial, pois o mesmo é prescindível àquela:

CRIMINAL. RHC. ABUSO DE AUTORIDADE. TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL. COLHEITA DE ELEMENTOS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO-CONFIGURADO. LIMINAR CASSADA. RECURSO DESPROVIDO.

<sup>115</sup> Texto retirado do site do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <http://www.stj.gov.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=recurso+ordinario+7063&&b=ACOR&p=true&t=&l=10&i=2#> acesso em 16/11/2010.

Tem-se como válidos os atos investigatórios realizados pelo Ministério Público, que pode requisitar esclarecimentos ou diligenciar diretamente, visando à instrução de seus procedimentos administrativos, para fins de oferecimento da peça acusatória.

A simples participação na fase investigatória, coletando elementos para o oferecimento da denúncia, não incompatibiliza o Representante do Parquet para a proposição da ação penal.

A atuação do Órgão Ministerial não é vinculada à existência do procedimento investigatório policial – o qual pode ser eventualmente dispensado para a proposição da acusação.

Recurso desprovido, cassando-se a liminar deferida.

(RHC 8106/DF, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 03/04/2001, DJ 04/06/2001 p. 186)<sup>116</sup>

Recentemente, a segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, em julgamento realizado no dia 10 de março de 2009, tendo como relatora a Ministra Ellen Gracie, proferiu decisão no HC nº 91661/PE, entendendo ser cabível ao Ministério Público a realização de inquirição de testemunhas em fase pré-processual. Eis o teor da ementa:

HABEAS CORPUS. TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL. FALTA DE JUSTA CAUSA. EXISTÊNCIA DE SUPORTE PROBATÓRIO MÍNIMO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. POSSIBILIDADE DE INVESTIGAÇÃO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. DELITOS PRATICADOS POR POLICIAIS. ORDEM DENEGADA.

1. A presente impetração visa o trancamento de ação penal movida em face dos pacientes, sob a alegação de falta de justa causa e de ilicitude da denúncia por estar amparada em depoimentos colhidos pelo ministério público.

2. A denúncia foi lastreada em documentos (termos circunstanciados) e depoimentos de diversas testemunhas, que garantiram suporte probatório mínimo para a deflagração da ação penal em face dos pacientes.

3. A alegação de que os pacientes apenas cumpriram ordem de superior hierárquico ultrapassa os estreitos limites do habeas corpus, eis que envolve, necessariamente, reexame do conjunto fático-probatório.

4. Esta Corte tem orientação pacífica no sentido da incompatibilidade do habeas corpus quando houver necessidade de apurado reexame de fatos e provas (HC nº 89.877/ES, rel. Min. Eros Grau, DJ 15.12.2006), não podendo o remédio constitucional do habeas corpus servir como espécie de recurso que devolva completamente toda a matéria decidida pelas instâncias ordinárias ao Supremo Tribunal Federal.

5. É perfeitamente possível que o órgão do Ministério Público promova a colheita de determinados elementos de prova que demonstrem a existência da autoria e da materialidade de determinado delito. Tal conclusão não significa retirar da Polícia Judiciária as atribuições previstas constitucionalmente, mas apenas harmonizar as normas constitucionais (arts. 129 e 144) de modo a compatibilizá-las para permitir não apenas a correta e regular apuração dos fatos supostamente delituosos, mas também a formação da *opinio delicti*.

6. O art. 129, inciso I, da Constituição Federal, atribui ao *parquet* a privatividade na promoção da ação penal pública. Do seu turno, o Código de Processo Penal estabelece que o inquérito policial é dispensável, já que o Ministério Público pode embasar seu pedido em peças de informação que concretizem justa causa para a denúncia.

7. Ora, é princípio basilar da hermenêutica constitucional o dos "poderes implícitos", segundo o qual, quando a Constituição Federal concede os fins, dá os meios. Se a atividade fim - promoção da ação penal pública - foi outorgada ao *parquet* em foro

<sup>116</sup> Texto retirado do site do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?processo=8106&&b=ACOR&p=true&t=&l=10&i=3#> acesso em 16/11/2010.

de privatividade, não se concebe como não lhe oportunizar a colheita de prova para tanto, já que o CPP autoriza que "peças de informação" embasem a denúncia.

8. Cabe ressaltar, que, no presente caso, os delitos descritos na denúncia teriam sido praticados por policiais, o que, também, justifica a colheita dos depoimentos das vítimas pelo Ministério Público.

9. Ante o exposto, denego a ordem de habeas corpus.<sup>117</sup>

Constata-se, assim, que os ministros integrantes da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal entenderam que o Ministério Público pode proceder a colheita de provas com o fim de alcançar a autoria e materialidade do delito ensejando uma possível ação penal, o que não significa retirar as prerrogativas funcionais das polícias, mas compatibilizar a aplicação dos artigos 129 e 144 da Constituição Federal de 1988.

Esta decisão é de suma importância para o mundo jurídico, uma vez que irá orientar novas decisões, trazendo um novo posicionamento acerca do assunto, pois posições anteriores da Suprema Corte divergiam desta, como se verá abaixo. Cumpre lembrar que não se trata aqui de uma decisão definitiva, mas sim de um posicionamento acerca de um caso concreto.

Segundo destaca Fernando Capez, diversas outras decisões existem autorizando ao Ministério Público o desempenho de atividades investigatórias na esfera penal: STF, 1ª T., HC 75.769, DJU, 28 nov. 1997, p. 62220. Também autorizando essa interpretação, o Plenário do STF, ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 1.571/97, publicada no DJU, 25 set. 1998 e no *Informativo do STF*, n. 64, entendeu que "... pode o Ministério Público proceder às investigações penais cabíveis, requisitando informações e documentos para instruir seus procedimentos administrativos preparatórios da ação penal (CF, art. 129, VI)...". Ainda neste sentido: STF, ADIn 1517, Tribunal Pleno, j. 30-4-1997, *Informativo do STF*, n. 69 (cf. Ian Grosner, Ministério Público, cit., p. 70-7).<sup>118</sup>

### 3.5.2 Decisões Contrárias

Em 1998 a segunda Turma do Supremo Tribunal Federal ao decidir o Recurso Extraordinário Criminal nº 205473/AL, tendo como Relator o Ministro Carlos Velloso, entendeu, de forma unânime, com fulcro no artigo 144, §§ 1º e 4º da Constituição Federal de 1988, que não competia ao Ministério Público realizar investigações criminais de forma

<sup>117</sup> Texto retirado do site do Supremo Tribunal Federal. Disponível em: [http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=\(HC\\$.SCLA.%20E%2091661.NUME.\)%20OU%20\(HC.ACMS.%20ADJ2%2091661.ACMS.\)&base=baseAcordaos](http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=(HC$.SCLA.%20E%2091661.NUME.)%20OU%20(HC.ACMS.%20ADJ2%2091661.ACMS.)&base=baseAcordaos) acesso em 16/11/2010.

<sup>118</sup> CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. 17ª edição. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 146.

direta, devendo requisitar a autoridade competente, no caso a policial. Eis a ementa da decisão:

EMENTA: CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL PENAL. MINISTÉRIO PÚBLICO: ATRIBUIÇÕES. INQUÉRITO. REQUISIÇÃO DE INVESTIGAÇÕES. CRIME DE DESOBEDIÊNCIA. C.F., art. 129, VIII; art. 144, §§ 1º e 4º. I. - Inocorrência de ofensa ao art. 129, VIII, C.F., no fato de a autoridade administrativa deixar de atender requisição de membro do Ministério Público no sentido da realização de investigações tendentes à apuração de infrações penais, mesmo porque não cabe ao membro do Ministério Público realizar, diretamente, tais investigações, mas requisitá-las à autoridade policial, competente para tal (C.F., art. 144, §§ 1º e 4º). Ademais, a hipótese envolvia fatos que estavam sendo investigados em instância superior. II. - R.E. não conhecido.<sup>119</sup>

Já no ano de 2003, a segunda Turma da Excelsa Corte, sob a relatoria do Ministro Nelson Jobim, no julgamento do Recurso em Habeas Corpus nº 81326/DF, decidiu no mesmo sentido da decisão acima citada, conforme ementa abaixo:

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. MINISTÉRIO PÚBLICO. INQUÉRITO ADMINISTRATIVO. NÚCLEO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL/DF. PORTARIA. PUBLICIDADE. ATOS DE INVESTIGAÇÃO. INQUIRÇÃO. ILEGITIMIDADE. 1. PORTARIA. PUBLICIDADE A Portaria que criou o Núcleo de Investigação Criminal e Controle Externo da Atividade Policial no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal, no que tange a publicidade, não foi examinada no STJ. Enfrentar a matéria neste Tribunal ensejaria supressão de instância. Precedentes. 2. INQUIRÇÃO DE AUTORIDADE ADMINISTRATIVA. ILEGITIMIDADE. A Constituição Federal dotou o Ministério Público do poder de requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial (CF, art. 129, VIII). A norma constitucional não contemplou a possibilidade do parquet realizar e presidir inquérito policial. Não cabe, portanto, aos seus membros inquirir diretamente pessoas suspeitas de autoria de crime. Mas requisitar diligência nesse sentido à autoridade policial. Precedentes. O recorrente é delegado de polícia e, portanto, autoridade administrativa. Seus atos estão sujeitos aos órgãos hierárquicos próprios da Corporação, Chefia de Polícia, Corregedoria. Recurso conhecido e provido.<sup>120</sup>

Observa-se, pois, que a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal entendeu ser inadmissível ao Ministério Público realizar investigações criminais diretamente, devendo o Órgão requisitar tais procedimentos à polícia judiciária, não podendo, desta forma, o *Parquet*, realizar e presidir inquéritos policiais, conforme disposição do artigo 129, VIII da Constituição, que lhe deu o poder de requisitar diligências e a instauração de inquérito policial, mas não de proceder diretamente nestes. A decisão foi unânime, expressando o entendimento da referida Turma.

<sup>119</sup> Texto retirado do site do Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=recurso%20extraordinario%20205473&base=baseAcordaos> acesso em 16/11/2010.

<sup>120</sup> Texto retirado do site do Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=rhc%2081326&base=baseAcordaos> acesso em 16/11/2010.

Frise-se, por oportuno, que, além das elencadas, existem na jurisprudência pátria outras decisões no mesmo sentido, dentre as quais destacamos:

a) Tribunal Regional Federal da 2ª Região, HC 1273/97;<sup>121</sup>

c) Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, HC 99.018-3, São Paulo, 2ª Câmara, Relator Weiss de Andrade, 25/02/1991.<sup>122</sup>

Como demonstrado, as posições tanto doutrinárias quanto jurisprudenciais divergem, porém a decisão proferida no Habeas Corpus nº 91661/PE, evidencia o posicionamento mais recente da Corte Suprema acerca do assunto, mostrando um novo entendimento de sua segunda Turma, sendo esta decisão, a maior referência jurisprudencial sobre o tema nos dias atuais pois, conforme nela ficou registrado, “quando a Constituição Federal concede os fins, dá os meios. Se a atividade fim - promoção da ação penal pública - foi outorgada ao *parquet* em foro de privatividade, não se concebe como não lhe oportunizar a colheita de prova para tanto, já que o CPP autoriza que ‘peças de informação’ embasem a denúncia”.<sup>123</sup>

---

<sup>121</sup> RANGEL, Paulo. **Investigação Criminal Direta pelo Ministério Público: Visão Crítica**. 2ª ed. Rio de Janeiro: *Lumen Júris*, 2005, p. 233.

<sup>122</sup> NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Processo Penal e Execução Penal**. 3ª ed. rev., atual. e ampliada. 2. tir. - São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 132.

<sup>123</sup> Texto retirado do site do Supremo Tribunal Federal. Disponível em: [http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=\(HC\\$.SCLA.%20E%2091661.NUME.\)%20OU%20\(HC.ACMS.%20ADJ2%2091661.ACMS.\)&base=baseAcordaos](http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=(HC$.SCLA.%20E%2091661.NUME.)%20OU%20(HC.ACMS.%20ADJ2%2091661.ACMS.)&base=baseAcordaos) acesso em 16/11/2010.



## CONCLUSÃO

A investigação Criminal tem por finalidade fornecer subsídios ao bom cumprimento da justiça, sendo, assim, de extrema importância para o Processo Penal brasileiro.

Adota-se, usualmente, o inquérito policial na fase pré-processual, o qual, embora não seja de instauração obrigatória, tem como objetivo básico a colheita de provas acerca da existência do crime e possíveis indícios que levem à sua autoria, a fim de que o Ministério Público ou o particular (ofendido) possa propor a ação penal, pública ou privada, respectivamente.

O sistema constitucional pátrio, entretanto, não destinou à polícia o monopólio da investigação criminal e, tampouco, vedou, expressa ou tacitamente, a possibilidade de o *Parquet* desempenhar outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com a sua finalidade.

Não há qualquer dispositivo no ordenamento jurídico brasileiro que atribua ao Ministério Público, de forma clara ou específica, a competência para proceder investigações criminais de forma direta, embora Lei Complementar nº 75/93 lhe tenha legitimado a realização de diligências investigatórias.

É nesse contexto que tem se desenvolvido o debate acerca da possibilidade do Ministério Público conduzir investigação criminal.

Os posicionamentos doutrinários são divergentes. Nas Cortes Superiores encontram-se algumas decisões contrárias e outras favoráveis à possibilidade.

Todavia, a decisão mais recente quanto ao tema foi proferida pela Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, na qual os ministros que a integram, decidiram, unanimemente, que o Ministério Público pode proceder a colheita de provas com o fim de alcançar a autoria e materialidade do delito ensejando uma possível ação penal pois, “quando a Constituição Federal concede os fins, dá os meios. Se a atividade fim - promoção da ação penal pública - foi outorgada ao *parquet* em foro de privatividade, não se concebe como não lhe oportunizar a colheita de prova para tanto, já que o CPP autoriza que ‘peças de informação’ embasem a denúncia”.



Constata-se, assim, que o poder de investigação do Ministério Público se constitui em verdadeiro poder implícito, pois inexistiria lógica em autorizar o *Parquet* a oferecer a denúncia se ele mesmo não pudesse colher alguns ou todos os elementos necessários a tanto.

Assim, enquanto não houver uma palavra final do Congresso Nacional, por meio de Emenda à Constituição, ou do Supremo Tribunal Federal, através de uma decisão definitiva, leia-se, emanada do seu Tribunal Pleno, deve-se adotar o entendimento de que o Ministério Público tem legitimidade para presidir investigação criminal.

## REFERÊNCIAS

- BONFIM, Edilson Mougenot. **Curso de Processo Penal**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de Direito Constitucional**. 2ª ed., revista e atualizada de acordo com a Emenda Constitucional n.º 56/2007. São Paulo: Saraiva, 2008.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006.
- BRASIL. Decreto 4.824 de 22 de novembro de 1871.
- BRASIL. **Lei Orgânica Nacional do Ministério Público**, nº 8.625. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 1997.
- BRASIL. Texto retirado do site da Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm)
- BRASIL. Texto retirado do site da Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm)
- BRASIL. Texto retirado do site da Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm)
- BRASIL. Texto retirado do site da Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm)
- BRASIL. Texto retirado do site da Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc\\_anterior1988/emc01-69.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm)
- BRASIL. Texto retirado do site da Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm)
- BRASIL. Texto retirado do site da Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm)
- BRASIL. Texto retirado do site da Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm)
- BRASIL. Texto retirado do site da Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm)
- BRASIL. Texto retirado do site da Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm)

BRASIL. Texto retirado do site da Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm)

BRASIL. Texto retirado do site da Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Historicos/DIM/DIM4824.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Historicos/DIM/DIM4824.htm)

BRASIL. Texto retirado do site da Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del3689.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm)

BRASIL. Texto retirado do site da Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm)

BRASIL. Texto retirado do site da Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm)

BRASIL. Texto retirado do site da Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del3689.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm)

BRASIL. Texto retirado do site da Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del3689.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm)

BRASIL. Texto retirado do site da Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del3689.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm)

BRASIL. Texto retirado do site da Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8625.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8625.htm)

BRASIL. Texto retirado do site da Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8625.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8625.htm)

BRASIL. Texto retirado do site da Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp75.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp75.htm)

BRASIL. Texto retirado do site da Câmara dos Deputados. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/sileg/Prop\\_Detalhe.asp?id=142415](http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=142415)

BRASIL. Texto retirado do site do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <http://www.stj.gov.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=recurso+ordinario+7063&&b=ACOR&p=true&t=&l=10&i=2#>

BRASIL. Texto retirado do site do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?processo=8106&&b=ACOR&p=true&t=&l=10&i=3#>

BRASIL. Texto retirado do site do Supremo Tribunal Federal. Disponível em: [http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=\(HC\\$.SCLA.%20E%2091661.NUME.\)%20OU%20\(HC.ACMS.%20ADJ2%2091661.ACMS.\)&base=baseAcordaos](http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=(HC$.SCLA.%20E%2091661.NUME.)%20OU%20(HC.ACMS.%20ADJ2%2091661.ACMS.)&base=baseAcordaos)

BRASIL. Texto retirado do site do Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=recurso%20extraordinario%205473&base=baseAcordaos>

BRASIL. Texto retirado do site do Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=rhc%2081326&base=baseAcordaos>

BRASIL. Texto retirado do site da Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del3689.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm)

BRASIL. Texto retirado do site do Supremo Tribunal Federal. Disponível em: [http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=\(HC\\$.SCLA.%20E%2091661.NUME.\)%20OU%20\(HC.ACMS.%20ADJ2%2091661.ACMS.\)&base=baseAcordaos](http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=(HC$.SCLA.%20E%2091661.NUME.)%20OU%20(HC.ACMS.%20ADJ2%2091661.ACMS.)&base=baseAcordaos)

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. 17ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

DAURA, Anderson Souza. **Inquérito Policial Competência e Nulidades de Atos de Polícia Judiciária**. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2007.

FERRAZ, Antônio Augusto M. de Camargo. **Ministério Público – Instituição e Processo**. 2ª ed. São Paulo: Atlas S.A., 1999.

FERNANDES, Francisco. **Dicionário Brasileiro Globo**. 49ª ed. São Paulo: Globo, 1998.

FILHO, Fernando da Costa Tourinho. **Código de Processo Penal Comentado**. Volume. 1. 13ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.

FONTES, Paulo Gustavo Guedes. **Investigação criminal pelo Ministério Público: discussão dos principais argumentos em contrário**. Boletim Científico, ESMPU, Ano 4, n° 16, julho/setembro, 2005. Brasília/DF.

LOPES JR., Aury. **Direito Processual Penal e sua Conformidade Constitucional**. Volume I. 4ª ed. revisada e atualizada com as leis. Rio de Janeiro: *Lumen Júris*, 2009.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Processo Penal**. 18ª ed. revista e atualizada por Renato N. Fabbrini. São Paulo: Atlas S.A., 2008.

MONTENEGRO FILHO, Misael. **Curso de Direito Processual Civil, volume 1: Teoria geral do processo e processo de conhecimento**. 4ª ed. São Paulo: Atlas S.A., 2008.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 23ª ed.-2ª reimpressão. São Paulo: Atlas S.A., 2008.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Processo Penal e Execução Penal**. 3ª ed. rev., atual. e ampliada. 2. tir. - São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

QUEIROZ FILHO, Dilermando. **Inquérito Policial**. Rio de Janeiro: Ed. Esplanada, 2000.

RANGEL, Paulo. **Investigação Criminal Direta pelo Ministério Público: Visão Crítica**. 2ª ed. Rio de Janeiro: *Lumen Júris*, 2005.

RAIMUNDO, José Guilherme. **Inquérito Policial – Procedimentos administrativos e ação penal**. São Paulo: Leud, 2000.

ROVEGNO, André. **O Inquérito Policial e os princípios constitucionais do Contraditório e da Ampla defesa**. Campinas: Ed. Bookseller, 2005.

SANTIN, Valter Foletto. **O Ministério Público na Investigação Criminal**. Bauru, SP: EDIPRO, 2001.

VIGLIAR, José Marcelo Menezes; JÚNIOR, Ronaldo Porto Macedo. **Ministério Público II – Democracia**. São Paulo: Atlas S.A., 1999.